



**UNICEUB - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**

**JULIANA OFUGI SHIMURA**

**A INSTITUIÇÃO DA REPERCUSSÃO GERAL  
PARA O RECURSO ESPECIAL: UMA ANÁLISE  
EM TORNO DAS EXPECTATIVAS POSSÍVEIS**

**BRASÍLIA**  
**2014**

**JULIANA OFUGI SHIMURA**

**A INSTITUIÇÃO DA REPERCUSSÃO GERAL  
PARA O RECURSO ESPECIAL: UMA ANÁLISE  
EM TORNO DAS EXPECTATIVAS POSSÍVEIS**

Monografia apresentada como  
requisito para conclusão do curso de  
Bacharelado em Direito pela  
Faculdade de Ciências Jurídicas e  
Sociais do Centro Universitário de  
Brasília- UNICEUB.

Orientador: Prof. João Ferreira  
Braga

**Brasília**

**2014**

**JULIANA OFUGI SHIMURA**

**A INSTITUIÇÃO DA REPERCUSSÃO GERAL PARA O RECURSO  
ESPECIAL: UMA ANÁLISE EM TORNO DAS EXPECTATIVAS POSSÍVEIS**

Monografia apresentada como  
requisito para conclusão do curso de  
Bacharelado em Direito pela  
Faculdade de Ciências Jurídicas e  
Sociais do Centro Universitário de  
Brasília- UNICEUB.

Orientador: Prof. João Ferreira  
Braga

Brasília, 03 de outubro de 2014.

Banca Examinadora:

---

João Ferreira Braga

Orientador

---

Prof. Examinador

---

Prof. Examinador

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar sempre ao meu lado. Aos meus pais, Wilma e Iwao, e minha irmã Karina por me apoiarem e acreditarem nas minhas decisões. As amigas de banco acadêmico, Marcela, Gabriella, Mage, Priscila e Andressa por compartilharem todas as alegrias e dificuldade enfrentadas durante os cinco anos de curso. Aos familiares e amigos que sempre me incentivaram. E ainda, o professor João Ferreira Braga pelo inestimável apoio, dedicação e paciência em compartilhar conhecimentos indispensáveis a produção deste trabalho.

## RESUMO

A presente obra monográfica tem por propósito analisar a possibilidade da aplicação do instituto da repercussão geral no recurso especial, recurso de competência do Superior Tribunal de Justiça, tal como esta sendo tratada pela Proposta de Emenda à Constituição n. 209 de 2012. Com o fim de realizar um posicionamento crítico sobre as consequências da aplicação deste instituto no Superior Tribunal de Justiça, o segundo capítulo tratou de analisar a reestruturação do Poder Judiciário brasileiro conferido pela Constituição da República de 1988, bem como as competências constitucionais atribuídas ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. No terceiro capítulo é feito um estudo sobre o instituto da repercussão geral, onde foram expostos a sua finalidade, procedimento no recurso extraordinário e requisitos para sua admissão. Ademais, ainda neste capítulo é realizada uma breve comparação com instituto semelhantes aplicados em outros Países. O último capítulo versa sobre a arguição de relevância, instituto semelhante à repercussão geral, o qual já vigorou no processo judiciário. Por fim, é realizada uma análise da Proposta de Emenda à Constituição n. 209 com os posicionamentos favoráveis e contrários à aprovação da proposta e as expectativas que se podem formar em torno da positivação do instituto.

**Palavras-chave:** Direito Constitucional. Direito Processual Civil. Repercussão Geral. Recurso Especial. Aplicabilidade.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: POSIÇÃO JURÍDICO - POLÍTICA E SEU PAPEL CONSTITUCIONAL.....	10
2.1	Aspectos da estrutura do Poder Judiciário brasileiro. A reestruturação do Poder Judiciário com a promulgação da Constituição da República (1988).....	10
2.2	Tribunais Superiores – funções acometidas pelo constituinte.....	13
2.2.1	<i>Supremo Tribunal Federal</i> .....	13
2.2.1.1	Controle da constitucionalidade das normas jurídicas e das decisões judiciais.....	15
2.2.1.2	Uniformização da hermenêutica constitucional.....	17
2.2.2	<i>Superior Tribunal de Justiça</i> .....	18
2.2.2.1	Unificação da interpretação da norma federal infraconstitucional.....	21
2.2.2.2	Controle da aplicação da legislação federal infraconstitucional.....	23
2.3	Importância da efetividade das competências atribuídas ao Superior Tribunal de Justiça para os valores jurídicos e sociais de um Estado Federado.....	24
3	DA REPERCUSSÃO GERAL.....	26
3.1	O recurso extraordinário e a Constituição da República.....	26
3.2	A repercussão geral e o seu conceito: formação à luz da doutrina constitucional e processual.....	29
3.3	Natureza jurídica da repercussão geral.....	31

<b>3.4 Análise das razões determinantes para a instituição da repercussão geral: a finalidade do instituto .....</b>	<b>33</b>
<b>3.5 Breves referências ao direito comparado .....</b>	<b>34</b>
<b>3.6 A repercussão geral e sua condição de requisito de admissibilidade do recurso extraordinário: a procedimentalização de sua análise.....</b>	<b>38</b>
<b>4 A DEMONSTRAÇÃO DA RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INSTITUTOS CONSTITUCIONAIS SEMELHANTES E EXPECTATIVAS EM TORNO DA SUA POSITIVAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>46</b>
<b>4.1 Da repercussão geral: conceito e natureza jurídica .....</b>	<b>46</b>
4.1.1 <i>Critérios que determinam a existência da repercussão geral e a irrecorribilidade da decisão .....</i>	47
4.1.2 <i>Competência e quórum para apreciação da repercussão geral ...</i>	49
<b>4.2 Arguição de relevância .....</b>	<b>51</b>
4.2.1 <i>Confronto entre a repercussão geral e a arguição de relevância .</i>	55
<b>4.3 Proposta de Emenda Constitucional n. 209/2012: a demonstração da relevância como requisito de admissibilidade do recurso especial.....</b>	<b>57</b>
4.3.1 <i>Críticas à adoção da demonstração da relevância no recurso especial.....</i>	59
<b>4.4 Expectativas que se podem formar em torno da positivação do instituto .....</b>	<b>66</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>77</b>

ANEXO A – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº DE 2012 .....	85
ANEXO B – PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS .....	88
ANEXO C – PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2012.009403-3/COP .....	91



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as possíveis implicações da instituição da repercussão geral no recurso especial caso a Proposta de Emenda à Constituição n. 209 de 2012 seja aprovada.

A referida proposta de emenda constitucional foi instaurada pela Comissão Plena do Superior Tribunal de Justiça em março de 2012, com a finalidade de reduzir o número de processos a este tribunal e, por consequência, proporcionar maior celeridade na tramitação destes.

O tema possui grande relevância e merece ser analisado detalhadamente, tendo em vista que as consequências geradas com a aprovação da proposta poderão modificar o andamento dos processos e, por consequência, prejudicar os sujeitos do Poder Judiciário, principalmente os recorrentes e os tribunais de origem.

Para tanto, o segundo capítulo será destinado a análise da reestruturação do Poder Judiciário brasileiro com a promulgação da Constituição da República de 1988. Assim, para o perfeito entendimento dessa fase histórica, será necessário tecer breves comentários sobre as demais Constituições que regeram no Brasil.

Serão especificadas também as competências que foram atribuídas constitucionalmente ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal. Finalizando com a importância da efetividade das competências atribuídas ao Superior Tribunal de Justiça para os valores jurídicos e sociais de um Estado Federado.

O terceiro capítulo versará sobre o objeto principal do presente trabalho, a repercussão geral. Para tanto, será feita menção ao recurso extraordinário, recurso ao qual este instituto é originalmente aplicado, para, nos tópicos seguintes trabalhar com a origem da repercussão geral, seu conceito, natureza jurídica, finalidade e condições.

Este capítulo também constará de breves comparações com institutos de admissibilidade semelhantes à repercussão geral utilizados em outros países. Tais como o *writ of certiorari* de origem americana e o *verfassungsbeschwerd* alemão.

O último capítulo cuidará do exame da proposta de emenda constitucional n. 209, a qual pretende instituir a repercussão geral no principal recurso do Superior Tribunal de Justiça, ou seja, o recurso especial. Frente a essa realidade, verificou-se a necessidade de realizar uma comparação com instituto semelhante, que já vigeu no sistema brasileiro, qual seja, a arguição de relevância.

Por fim, também serão conhecidas as opiniões favoráveis e contrárias a essa proposta, bem como as expectativas que se podem formar em torno da positivação do instituto.

É neste contexto que este estudo se insere. Seu objetivo é expor todas as possíveis consequências que esta mudança irá ocasionar, mostrar os dados e relatórios realizados com a análise da repercussão geral no recurso extraordinário, o qual, provavelmente terão os mesmos efeitos.

Assim, para a concretude deste trabalho, foram levantados acontecimentos históricos, dados estatísticos e relatórios disponibilizados por doutrinadores, site do Supremo Tribunal Federal e pela Fundação Getulio Vargas, respectivamente.

## **2 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: POSIÇÃO JURÍDICO - POLÍTICA E SEU PAPEL CONSTITUCIONAL**

O presente capítulo visa estudar as competências atribuídas aos tribunais superiores pela Constituição de 1988, com o intuito de nos capítulos seguintes, comparar o instituto da repercussão geral. Para isso, inicialmente serão analisadas as Constituições que já regeram a fim de entender a origem da presente Carta Magna.

### **2.1 Aspectos da estrutura do Poder Judiciário brasileiro. A reestruturação do Poder Judiciário com a promulgação da Constituição da República (1988)**

O Brasil, desde a sua Independência, passou por sete modelos constitucionais.<sup>1</sup> O primeiro corresponde à de 1824, conhecida como a “Constituição Política do Império do Brasil”, foi outorgada por Dom Pedro I<sup>2</sup> e instituiu o Supremo Tribunal de Justiça, órgão de cúpula do judiciário. Essa Constituição era expressa no sentido da independência do Poder Judicial, o inciso XII do seu artigo 179 mostrava isso: “Será mantida a independência do Poder Judicial. Nenhuma autoridade poderá invocar as causas pendentes, sustá-las ou fazer revisar os processos findos”.<sup>3</sup>

Na Constituição de 1891, nomeada de “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil”, muda-se o nome do órgão de cúpula do

---

<sup>1</sup> NAPOLITANO, Carlo José. *O poder judiciário no texto constitucional*. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/238/supleb.php>>. Acesso em: 10 maio 2014.

<sup>2</sup> FIUZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. Breve notas comparativas sobre as sete constituições brasileiras. In: COLTRO, Antônio Carlos Mathias (Coordenador). *Constituição Federal de 1988: dez anos (1988-1998)*. São Paulo: J. de Oliveira, 1999. p. 455.

<sup>3</sup> BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil (de 25 de Março de 1824)*. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 10 maio 2014.

Judiciário para Supremo Tribunal Federal. Nota-se que, mesmo sendo considerado um Poder da República, o Judiciário não era de fato independente. Somente em 1926, por meio de uma reforma constitucional, é que foram garantidos aos juízes os direitos à inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade dos vencimentos.<sup>4</sup>

A terceira constituição foi a “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil” a qual em 1934 definiu os órgãos do Poder Judiciário como sendo “a Corte Suprema, os juízes federais e tribunais federais, os juízes e tribunais militares e os juízes e tribunais eleitorais”.<sup>5</sup> O Supremo Tribunal Federal passou a denominar-se Corte Suprema, houve a manutenção da justiça federal e a constitucionalização da justiça eleitoral.<sup>6</sup> Foi substituída pela Carta de 1937, que implementou no Brasil o Estado Novo.

Com o fim do Estado Novo, o Brasil tomou o caminho da redemocratização, elaborando a “Constituição dos Estados Unidos do Brasil” em 1946. Esta manteve o Supremo Tribunal Federal, os juízes e tribunais militares, instituiu o Tribunal Federal de Recursos, restabeleceu a justiça eleitoral e incluiu a justiça do trabalho no Poder Judiciário.<sup>7</sup>

A Constituição de 1967 foi a “Constituição da República Federativa do Brasil” e restaurou a justiça federal. O Poder Executivo passa a demitir, remover e aposentar compulsoriamente magistrados. Nesse período, o Poder Judiciário ainda não era independente, do ponto de vista financeiro.<sup>8</sup>

E, finalmente, em 5 de outubro de 1988 é promulgada, pela Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição de 1988, a qual contém a

<sup>4</sup> NAPOLITANO, Carlo José. *O poder judiciário no texto constitucional*. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/238/supleb.php>>. Acesso em: 10 maio 2014.

<sup>5</sup> BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934)*. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: 10 maio 2014.

<sup>6</sup> MATHIAS, Carlos Fernando. *Notas para uma história do judiciário no Brasil – XXXI*. A organização judiciária, no regime da Constituição de 1934. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 241

<sup>7</sup> Ibidem. p. 257.

<sup>8</sup> NAPOLITANO, Carlo José. *O poder judiciário no texto constitucional*. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/238/supleb.php>>. Acesso em: 10 maio 2014.

designada reforma do Poder Judiciário, esta advinda por efeito da Emenda Constitucional número 45, de 08 de dezembro de 2004.<sup>9</sup>

A Constituição de 1988 confiou ao Poder Judiciário papel até então não outorgado por nenhuma outra Constituição. Conferiu-se autonomia institucional e buscou-se garantir a autonomia administrativa e financeira a esse poder.<sup>10</sup>

O presente modelo consagra o amplo acesso ao Poder Judiciário. Os princípios da proteção judicial efetiva (art. 5, XXXV), do juiz natural (art. 5, XXXVII e LIII) e do devido processo legal (art. 5, LV) têm influencia decisiva no processo organizatório da Justiça, especialmente no concernente às garantias da magistratura e à estruturação independente dos órgãos.<sup>11</sup>

Atualmente, o Poder Judiciário conta com os seguintes órgãos: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares e Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.<sup>12</sup>

Assim, em relação ao regime constitucional anterior, o Poder Judiciário, em termos estruturais, sofreu duas importantes modificações: a criação do Superior Tribunal de Justiça e a dos Tribunais Regionais Federais. Os Tribunais Regionais Federais assumiram as competências do Tribunal Federal de Recursos, especialmente como corte de apelação da Justiça Federal. O Superior Tribunal de Justiça assumiu competência antes do Supremo Tribunal Federal na defesa da unidade do direito federal infraconstitucional. Esse novo Tribunal passa a ser o guardião do direito federal

---

<sup>9</sup> MATHIAS, Carlos Fernando. *Notas para uma História do Judiciário no Brasil – XXXV. O Judiciário na Constituição de 1988. A Emenda Constitucional nº 45/2004.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 275.

<sup>10</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional.* 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 963.

<sup>11</sup> Ibidem. p. 963.

<sup>12</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 maio 2014.

infraconstitucional, enquanto que o Supremo Tribunal é o guardião do direito constitucional.<sup>13</sup>

## **2.2 Tribunais Superiores – funções acometidas pelo constituinte**

O Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça formam o núcleo central do Poder Judiciário brasileiro. Assim, neste subitem, serão estudadas, de forma detalhada, a origem e as competências atribuídas pela Constituição de 1988.

### **2.2.1 Supremo Tribunal Federal**

O Supremo Tribunal Federal foi instituído pelo Decreto n. 510, de 22 de junho de 1890, sendo regulamentado em nível constitucional em 1891, pelo Decreto n. 848, de 11 de outubro, sucedendo o antigo Supremo Tribunal de Justiça.<sup>14</sup>

No atual sistema constitucional, mantém-se, como órgão de cúpula do Poder Judiciário, composto de onze ministros, escolhidos entre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, com notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal<sup>15</sup>, na mesma linha das Constituições anteriores.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> ALVES JÚNIOR, Luís Carlos Martins. *O Supremo Tribunal Federal nas constituições brasileiras*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. p. 391.

<sup>14</sup> AGRA, Walber de Moura. *Curso de direito constitucional*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 580.

<sup>15</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 maio 2014.

<sup>16</sup> ALVES JÚNIOR, Luís Carlos Martins. *O Supremo Tribunal Federal nas constituições brasileiras*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. p. 393-394.

A competência precípua do Supremo é a guarda da Constituição, apreciando casos que envolvam lesão ou ameaça a esta última<sup>17</sup>, porém, desempenha, também, o papel de órgão recursal, funcionando como uma instância extraordinária para o Poder Judiciário.<sup>18</sup> Essa competência é elencada em originária e recursal. A originária se subdivide em concreta e abstrata. A recursal está subdivida em ordinária e extraordinária, seguindo o modelo dos sistemas passados.<sup>19</sup>

Entre suas principais competências está a de julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da própria Constituição e a extradição solicitada por Estado estrangeiro.<sup>20</sup>

Importante destacar que somente a Constituição e o Regimento Interno da Suprema Corte são os veículos normativos válidos para se estabelecer as atribuições do Supremo Tribunal Federal, as quais não poderão ser acrescidas ou suprimidas por ato normativo infraconstitucional.<sup>21</sup>

Assim, é o entendimento de diversos julgados da Suprema Corte:

[...]

Embora o art. 105 da Constituição Federal atribua competências originárias e recursais ao Superior Tribunal de Justiça, nem todas, necessariamente, hão de ser exercitadas pelo Plenário ou pela Corte Especial, de que trata o inc. XI do art. 93. O mesmo ocorre, aliás, com as competências originais e recursais do Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, II e III da C.F. e R.I.S.T.F.). 2. É que a própria Constituição, no art. 96, inc. I, letra "a", em norma auto-aplicável, estabelece caber, exclusivamente, aos tribunais, "elaborar seus regimentos

---

<sup>17</sup> FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. *Lições de direito constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 1018.

<sup>18</sup> AGRA, Walber de Moura. *Curso de direito constitucional*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 581.

<sup>19</sup> ALVES JÚNIOR, Luís Carlos Martins. *O Supremo Tribunal Federal nas constituições brasileiras*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. p. 394.

<sup>20</sup> SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO. *Institucional*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfInstitucional>>. Acesso em: 10 maio 2014.

<sup>21</sup> FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. *Lições de direito constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 1027

internos, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais [...].<sup>22</sup>

[...]

A Constituição, ao conferir competência privativa aos Tribunais - art. 96, I, a - para, "com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes", elaborar seus regimentos internos, "dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos", conferiu-lhes o poder de instituírem, regimentalmente, esses órgãos. Distinção entre órgãos dos Tribunais, que podem ser instituídos por norma regimental, e órgãos do Poder Judiciário, cuja instituição é reservada à lei [...].<sup>23</sup>

Logo, cabe ao Supremo Tribunal Federal elaborar o seu regimento interno, dispondo sobre a competência e funcionamento dos seus órgãos jurisdicionais e administrativos.

### **2.2.1.1 Controle da constitucionalidade das normas jurídicas e das decisões judiciais**

Primeiramente, competência originária significa que sobre determinadas matérias apenas o Supremo tem a prerrogativa de solucionar o caso, cabendo das suas decisões unicamente a ação rescisória e os embargos declaratórios.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso em Mandado de Segurança nº 22111, DF. Recorrente: Universidade Braz Cubas – UBC. Recorrido: União Federal. Relator: Ministro SYDNEY SANCHES. Brasília, DF, 14 de novembro de 1996. *RMS 22111/DF - Distrito Federal*. Brasília, 13 jun. 1997. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28elaborar+seus+regimentos+internos%2C+dispondo+sobre+a+compet%EAncia+e+o+funcionamento+dos+respectivos+%F3rg%E3os+jurisdicionais%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/qa9btbf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

<sup>23</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 71521. Impetrante: Jauro Duarte Gehlen e outro. Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Ministro Carlos Velloso. Brasília, DF, 19 de setembro de 1995. *HC 71521/RS - Rio Grande do Sul*. Brasília, 24 ago. 2001. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28elaborar+seus+regimentos+internos%2C+dispondo+sobre+a+compet%EAncia+e+o+funcionamento+dos+respectivos+%F3rg%E3os+jurisdicionais%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/qa9btbf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

<sup>24</sup> AGRA, Walber de Moura. *Curso de direito constitucional*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 582.



A Constituição de 1988 ampliou essa competência originária do Supremo Tribunal Federal, especialmente no que concerne ao controle de constitucionalidade de leis e atos normativos e ao controle da omissão inconstitucional. O artigo 102 afirma que compete a este tribunal julgar, originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e a arguição de descumprimento de preceito fundamental.<sup>25</sup>

Ao lado dos tradicionais instrumentos do *habeas corpus*, do mandado de segurança e da representação de inconstitucionalidade de competência do Procurador-Geral da República, tem-se a figura do mandado de injunção, do *habeas data*, da ação declaratória de constitucionalidade, da arguição de descumprimento de preceito fundamental e o aumento dos órgãos legitimados para proporem a ação direta de inconstitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade por omissão, antes da competência exclusiva do Procurador-Geral da República. Assim, permanece o sistema de controle de constitucionalidade difuso, exercido principalmente por meio de recurso extraordinário, concomitante ao controle concentrado de constitucionalidade abstrata.<sup>26</sup>

No tocante à ação direta de inconstitucionalidade (ADIn), o aumento significativo dos órgãos com legitimação processual para provocarem o Tribunal na defesa da supremacia constitucional foi de extrema importância para o processo constitucional, uma vez que no sistema anterior, somente o Chefe do Ministério Público Federal detinha essa legitimação e poderia, a seu juízo, provocar ou não o Supremo, segundo pacífica jurisprudência da Corte.<sup>27</sup>

No sistema imposto pela Constituição de 1988, além do Procurador-Geral da República, podem propor a ação de inconstitucionalidade o Presidente da República, as Mesas do Senado Federal, da Câmara de Deputados e das Assembleias Legislativas, os Governantes de Estado, o

---

<sup>25</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 985.

<sup>26</sup> ALVES JÚNIOR, Luís Carlos Martins. *O Supremo Tribunal Federal nas constituições brasileiras*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. p. 394.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 394-395.

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional e a confederação sindical ou entidade de classe no âmbito nacional, segundo enuncia o artigo 103.<sup>28</sup>

#### **2.2.1.2 Uniformização da hermenêutica constitucional**

A Emenda Constitucional n. 45, de 2004, introduziu o artigo 103-A na Constituição Federal, o qual dispõe a possibilidade de a Suprema Corte, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.<sup>29</sup>

Ou seja, a súmula vinculante, que deverá ser aprovada por maioria de 2/3 dos votos, terá o condão de vincular diretamente os órgãos judiciais e os órgãos da Administração Pública, abrindo a possibilidade de que qualquer interessado faça valer a orientação do Supremo, não mediante simples interposição de recurso, mas por meio de apresentação de uma reclamação por descumprimento de decisão judicial.<sup>30</sup>

A súmula deverá superar controvérsia atual sobre a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas capaz de gerar insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos. Essas normas poderão ser federais, estaduais ou municipais. É necessário também que haja diversas decisões no mesmo sentido, ou seja, com a mesma interpretação.<sup>21</sup>

---

<sup>28</sup> ALVES JÚNIOR, Luís Carlos Martins. *O Supremo Tribunal Federal nas constituições brasileiras*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. p. 394-395.

<sup>29</sup> SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO. *Institucional*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfInstitucional>>. Acesso em: 10 maio 2014.

<sup>30</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 1003 – 1004.

Com o intuito de evitar a imutabilidade das súmulas, há a possibilidade de revisão ou cancelamento<sup>31</sup>. O parágrafo 2º do artigo 103-A<sup>32</sup> afirma que a aprovação, revisão ou cancelamento dessas súmulas poderá ser provocado pelos mesmos legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei. Note que houve uma ampliação dos legitimados.

### **2.2.2 Superior Tribunal de Justiça**

O Superior Tribunal de Justiça tem origem no antigo Tribunal Federal de Recursos. A queda de Getúlio Vargas ao término da Segunda Guerra Mundial levou a outorga de uma nova Constituição, a qual trouxe a expressa previsão de instituição de um novo órgão judicante na estrutura do Poder Judiciário, com competências originárias e a missão de atuar como segunda instância da Justiça Federal.<sup>33</sup>

Na Constituição de 1988, há previsão expressa da existência do Superior Tribunal de Justiça, assim como as suas competências originárias e recursais, sendo a última instância de tutela das leis infraconstitucionais tanto no âmbito da Justiça Federal como no da estadual.<sup>34</sup>

A denominada crise do Supremo Tribunal Federal favoreceu a criação desta Corte, que, ao lado do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Superior do Trabalho, se dedicariam a preservar a interpretação adequada e a unidade do direito federal ordinário em relação às causas julgadas pelos tribunais de segunda instância e pelos tribunais estaduais.<sup>35</sup>

---

<sup>31</sup> AGRA, Walber de Moura. *Curso de direito constitucional*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 588.

<sup>32</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 maio 2014.

<sup>33</sup> FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. *Lições de direito constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 1032.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 1033.

<sup>35</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 1010.

Logo, foi instituído para diminuir o excesso de trabalho do Supremo Tribunal Federal, retirando-lhe a competência para julgar os recursos referentes às questões de natureza infraconstitucional, proporcionando, assim, a celeridade da prestação jurisdicional e maior zelo pela jurisdição constitucional.<sup>36</sup>

O artigo 104 da Constituição<sup>37</sup> dispõe sobre a composição da aludida Corte, a qual será formada por, no mínimo, trinta e três ministros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros natos e naturalizados, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, mediante o quórum de maioria absoluta de seus membros.

Como as decisões do Superior Tribunal de Justiça convergirão para todos os operadores do Direito, é interessante a sua formação eclética.<sup>38</sup> Assim, os incisos I e II do mesmo artigo afirmam que um terço de seus membros deve ser escolhido dentre desembargadores federais dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada por essa própria Corte; e o último terço dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual e dos Territórios, alternadamente.<sup>39</sup>

A função essencial desse tribunal é a guarda da lei federal<sup>40</sup>, possuindo, assim, competências originárias, ordinárias e recursais. A originária está prevista no inciso I, a ordinária no inciso II, ambos do mesmo artigo 105. Nessas duas, o Superior desfruta de ambos os contenciosos, constitucional e infraconstitucional, porém, na competência do inciso III, de regra, desfruta

---

<sup>36</sup> AGRA, Walber de Moura. *Curso de direito constitucional*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 605.

<sup>37</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 13 maio 2014.

<sup>38</sup> ALVES, Eliana Calmon. *O Superior Tribunal de Justiça na Constituição*. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2014.

<sup>39</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 13 maio 2014.

<sup>40</sup> FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

somente do contencioso infraconstitucional e, excepcionalmente, do constitucional.<sup>41</sup>

Nos julgamentos originários, os processos têm início no Tribunal, proporcionando a determinadas autoridades foro privilegiado. O artigo 105 afirma que são julgados, pelos crimes comuns e de responsabilidade, os Governadores dos Estados e Distrito Federal, Desembargadores, membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, Juízes dos Tribunais Regionais – Federais, Eleitorais e do Trabalho -, das justiças especiais, membros dos Tribunais de Contas dos Municípios e representantes do Ministério Público da União, que oficiem perante os Tribunais. Julgam-se também os *habeas corpus* contra atos das autoridades mencionadas e quando figuram elas como pacientes. São julgados também os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.<sup>42</sup>

Nas competências ordinárias, o Superior Tribunal de Justiça age como órgão de revisão, como se fosse Tribunal de Apelação nos *habeas corpus*, mandados de segurança, *habeas data* e mandados de injunção julgados em instância única nos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.<sup>43</sup> E também as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> NAVES, Nilson Vital. *O papel do Superior Tribunal de Justiça na Consolidação da democracia*. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2014.

<sup>42</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 15 maio 2014. Artigo 105, inciso I, alíneas a, b e c.

<sup>43</sup> ALVES, Eliana Calmon. *O Superior Tribunal de Justiça na Constituição*. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2014. p. 7.

<sup>44</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 15 maio 2014. Artigo 105, inciso II, alíneas a, b e c.

E, por fim, como competência recursal, o Tribunal julga os recursos especiais. A função deste recurso é exercitar o controle da legalidade, tutelando a unidade e uniformidade de interpretação da lei federal.<sup>45</sup>

### **2.2.2.1 Unificação da interpretação da norma federal infraconstitucional**

A função primordial do Superior Tribunal de Justiça é zelar pela uniformidade de interpretações da legislação federal brasileira. É sua responsabilidade julgar, em última instância, todas as matérias infraconstitucionais não especializadas, que escapem à competência da Justiça do Trabalho, Eleitoral e Militar, e que não foram tratadas na Constituição da República, como o julgamento de questões que referem a aplicação de lei federal ou de divergência de interpretação jurisprudencial.<sup>46</sup>

Esse tribunal atua na uniformização da interpretação das decisões dos Tribunais ordinários, ou seja, constatando-se que a interpretação da lei federal de um tribunal de segunda instância é divergente de outro tribunal, o Superior Tribunal de Justiça pode conhecer da questão e unificar a interpretação.<sup>47</sup> Da mesma forma é o entendimento do Ministro Sávio de Figueiredo Teixeira:

Situa-se a mais importante função do recurso especial uniformizar a interpretação do direito federal no País, quando haja manifesta divergência envolvendo tribunais diferentes, um dos quais poderá ser o próprio Superior Tribunal de Justiça, podendo o dissenso ocorrer também entre tribunais de um mesmo Estado e mesmo com julgados de tribunais não mais competentes na matéria (exemplifique-se com a jurisprudência do STF no sistema constitucional anterior, em matéria infraconstitucional). Não se admite a divergência, entretanto, se o entendimento trazido à colação como paradigma já se encontra superado no tribunal que o proferiu.<sup>48</sup>

<sup>45</sup> ALVES, Eliana Calmon. *O Superior Tribunal de Justiça na Constituição*. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2014.

<sup>46</sup> FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. *Lições de direito constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 1033.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 1034.

<sup>48</sup> MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 587.

A unificação da norma infraconstitucional é realizada principalmente pelo Superior Tribunal de Justiça através do recurso especial. O artigo 105, inciso III da Constituição<sup>49</sup>, dispõe sobre essa matéria, afirmando que:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

[...]

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Confiou-se, portanto, ao Tribunal a missão de assegurar uma aplicação uniforme do direito federal. Trata-se de atribuição de elevado relevo em razão do caráter diverso e amplo da federação brasileira. Porém, para que o Superior Tribunal de Justiça analise o recurso especial é necessário, em regra, que as questões já tenham sido apreciadas pelo Corte *a quo*, ou seja, a matéria já deve estar devidamente prequestionada no Tribunal de origem<sup>50</sup>.

As exceções em que o Superior Tribunal de Justiça poderá dispensar o prequestionamento da matéria federal são: a aplicação do disposto no artigo 257 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, onde há a aplicação do direito à espécie; quando o recurso especial é interposto por iniciativa do terceiro prejudicado; e quando tratar de questões de ordem pública.

---

<sup>49</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 13 maio 2014.

<sup>50</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 1012.

### 2.2.2.2 Controle da aplicação da legislação federal infraconstitucional

Enquanto o Supremo Tribunal Federal realiza o controle de constitucionalidade, o Superior Tribunal de Justiça realiza o de legalidade, ou seja, este Tribunal informa se determinado ato normativo ou decisão coincide com os preceitos do ordenamento infraconstitucional.<sup>51</sup>

Quando o artigo 105, inciso III, alínea “a”<sup>52</sup> da Constituição Federal, afirma que é competência do Superior Tribunal de Justiça julgar os casos quando a decisão recorrida “contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência” significa que com esse ato, o Superior Tribunal está fazendo o controle, pretendendo evitar a inobservância do direito federal, ou seja, o seu descumprimento.<sup>53</sup>

Contrariar a lei é, em última análise, o mesmo que tê-la por inexistente, negar-lhe vigência, deixar de aplicá-la ou violá-la.<sup>54</sup> Assim, esse Tribunal Superior deve analisar se a decisão contra a qual interposto o recurso especial está de acordo com a norma infraconstitucional, sob a alegação de, se não o fizer, estar contrariando o disposto na Carta Magna.

---

<sup>51</sup> BARROS, Humberto Gomes de. *Inconstitucionalidade Superveniente e Recurso Especial*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/publicacao seriada/index.php/informativo/article/viewFile/162/159>>. Acesso em: 14 maio 2014.

<sup>52</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 maio 2014.

<sup>53</sup> MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 587.

<sup>54</sup> Ibidem. p. 587.



### **2.3 Importância da efetividade das competências atribuídas ao Superior Tribunal de Justiça para os valores jurídicos e sociais de um Estado Federado**

Com o recurso especial, o Superior Tribunal de Justiça visa definir o sentido da lei federal e a interpretação que deve prevalecer em caso de divergência entre tribunais<sup>55</sup>.

Na opinião de Luiz Guilherme Marinoni, o Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento de que não há decisão que contrarie a lei, mas sim, decisão que contrariou determinada interpretação da lei.<sup>56</sup>

Todavia, as decisões do Superior Tribunal de Justiça não podem ser qualificadas de “corretas”, pois são enunciados que, embora racionalmente aceitáveis, são discutíveis. As decisões do Superior Tribunal de Justiça obrigam os tribunais inferiores, porque são dotadas de autoridade, derivada da circunstância de ser o Superior Tribunal de Justiça o órgão de vértice do sistema, incumbido expressamente pela Constituição de garantir a uniformidade da interpretação da lei federal.<sup>57</sup>

Porém, na prática vem se observando outra forma de agir. O recurso especial é interposto sob a alegação de “contrariedade à lei”, qualquer que seja o conteúdo da decisão proferida pelo Tribunal de origem, sem ao menos ter parâmetro para confrontar a decisão recorrida. Pois, ao se alegar contrariedade à lei, não é preciso comparar a decisão atacada com decisão do Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, praticamente toda questão federal decidida por Tribunal de Justiça ou Regional Federal acaba viabilizando a interposição de recurso especial.<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 maio 2014.

<sup>56</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel (coordenador). O STJ no Estado Constitucional (Fundamentos dos Precedentes Obrigatórios no Projeto do CPC). *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 53, n. 9, p.5-33, mar. 2013. Bimestral.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>58</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel (coordenador). O STJ no Estado Constitucional (Fundamentos dos Precedentes Obrigatórios no Projeto do CPC). *Revista*

Segundo Marinoni, a falta de distinção entre texto legal e norma jurídica transformou o recurso especial num recurso em que basta argumentar que a interpretação conferida pelo tribunal ordinário deve ser “outra”, ou, mais precisamente, uma interpretação que atenda ao interesse da parte que restou vencida.

A falta desta norma que regule o recurso especial gera uma enorme quantidade de recursos no Superior Tribunal de Justiça, com motivos divergentes do conflito de normas infraconstitucionais. Assim, na prática, verificou-se que não há nos Tribunais de origem a obrigatoriedade de observância da decisão do Superior Tribunal de Justiça.

### 3 DA REPERCUSSÃO GERAL

O presente capítulo tem o intuito de trabalhar com o requisito de admissibilidade da repercussão geral. Para isso, será analisada a sua normatização na Constituição Federal de 1988 e os conceitos determinados pela doutrina. Haverá breves referências ao direito comparado e a exposição do seu procedimento no Supremo Tribunal Federal.

#### 3.1 O recurso extraordinário e a Constituição da República

O recurso extraordinário consiste no instrumento processual-constitucional destinado a assegurar a verificação de eventual afronta à Constituição em decorrência de decisão judicial proferida em última ou única instância.<sup>59</sup>

Sua finalidade é assegurar o regime federativo, por meio do controle da aplicação da Constituição Federal ao caso concreto. Ou seja, é assegurar que a Constituição Federal, por ser norma que deve ter o mesmo teor e a mesma aplicabilidade em todo o território nacional e para todas as causas, sejam corretamente aplicadas e interpretadas por todos os tribunais e juízes do país.<sup>60</sup>

É por tal motivo que aludido recurso, juntamente com o recurso especial, é denominado de “recurso de fundamentação vinculada”, pois só permitem a discussão de certas situações, e, assim, possuem âmbito restrito. O cabimento dessas espécies recursais exige a presença, na decisão recorrida, de alguma controvérsia a respeito da aplicação ou da interpretação de lei federal ou de dispositivo da Constituição Federal. Sem que tenha

---

<sup>59</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 971.

<sup>60</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 559.

presente uma dessas questões, fica o interessado impedido de socorrer-se da via destes recursos.<sup>61</sup>

O recurso extraordinário está previsto na Constituição de 1988, no artigo 102, inciso III:

“Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

[...]

III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

- a) Contrariar dispositivo desta Constituição;
- b) Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) Julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.”<sup>62</sup>

Até a entrada em vigor da Constituição de 1988, era o recurso extraordinário um dos mais importantes processos da competência do Supremo Tribunal Federal, juntamente com as ações de controle de constitucionalidade que são de competência originária do referido tribunal.<sup>63</sup>

Sob a Constituição anterior, o recurso extraordinário destinava-se não só a proteger a ordem constitucional, mas também a ordem do direito federal, de modo que a impugnação poderia alegar afronta direta tanto à Constituição como ao direito federal.<sup>64</sup>

A intenção da Assembleia Nacional Constituinte de 1988 foi transformar o Supremo Tribunal Federal em Corte essencialmente constitucional. Assim, retirou-lhe a competência para apreciar questões atinentes à legislação infraconstitucional no recurso extraordinário.<sup>65</sup>

<sup>61</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p.559.

<sup>62</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2014.

<sup>63</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 972.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 972.

<sup>65</sup> CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. *Recurso Extraordinário: origem e desenvolvimento no direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 240.

No *caput* do referido artigo, observa-se que a expressão “em única ou última instância”<sup>66</sup> pressupõe que o recurso extraordinário esgota as possibilidades de impugnação nas instâncias inferiores, ordinárias ou na instância única. Assim dispõe José Carlos de Matos Peixoto<sup>67</sup>:

“As decisões dessa instância, sujeitas a recurso extraordinário, são as proferidas quando o recorrente tem percorrido todas as etapas processuais, isto é, quando tem esgotados todos os recursos admissíveis perante a justiça local, pois a cada um destes corresponde uma instância, visto ter de haver nova sentença definitiva.”

Tal recurso objetiva propiciar a correta aplicação do direito objetivo. Não se discute, portanto, em recurso extraordinário, matéria de fato ou apreciação feita pelo tribunal inferior a partir da prova dos autos<sup>68</sup>. O âmbito de discussão aqui se limita, exclusivamente, à aplicação dos direitos sobre o fato, sem mais discutir se o fato efetivamente existiu ou não.<sup>69</sup>

Para a interposição do recurso em estudo, também se exige a existência de prequestionamento, ou seja, é necessário que a questão constitucional já esteja presente nos autos, tendo sido decidida pelo juízo de origem.<sup>70</sup>

Finalmente, cabe salientar que, embora os recursos extraordinários visem diretamente à proteção da correta aplicação da Constituição Federal, surgem inúmeras situações em que a falta de pressuposto recursal impede seu conhecimento, como a falta de legitimidade, preparo e interesse recursal.<sup>71</sup>

<sup>66</sup> Artigo 102 inciso III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida (...).BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2014.

<sup>67</sup> PEIXOTO, José Carlos de Matos. Ob. Cit. p. 202. Retirado do livro do CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. *Recurso Extraordinário: origem e desenvolvimento no direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 241.

<sup>68</sup> Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal aprovada na sessão plenária de 13.12.1963: para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

<sup>69</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 560.

<sup>70</sup> Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal aprovada em sessão plenária no dia 13.12.1963: É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

<sup>71</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. P. 560.

### 3.2 A repercussão geral e o seu conceito: formação à luz da doutrina constitucional e processual

A Emenda Constitucional n. 45/2004, entre tantas novidades que trouxe para o “modelo constitucional do direito processual civil”, estabeleceu um novo pressuposto para o cabimento do recurso extraordinário. O parágrafo 3º do artigo 102 o denomina de “repercussão geral”, nos seguintes termos<sup>72</sup>:

“No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros”<sup>73</sup>.

Conceituando, o substantivo “repercussão” provém do latim *repercussione*, e significa, segundo o dicionário Michaelis<sup>74</sup>, “ato ou efeito de repercutir”. O verbo intransitivo “repercutir” tem sua origem no latim *repercutere*, e significa “percutir de novo; percutir muitas vezes”<sup>75</sup>. Já o adjetivo “geral” vem do latim *generale*, e significa “que se refere à totalidade; universal; comum ou aplicável a um grande número ou à maior parte”<sup>76</sup>.

Assim, é possível afirmar, ao menos no sentido literal, que a repercussão geral se refere à necessidade de que as questões constitucionais impugnadas pelo recurso extraordinário tenham a qualidade de fazer com que

<sup>72</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. Repercussão Geral no projeto de novo Código de Processo Civil. In: PAULSEN, Leandro. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário: Estudos em homenagem à Ministra Ellen Gracie*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011. p. 138.

<sup>73</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2014.

<sup>74</sup> WEISZFLOG, Walter. *Michaelis Moderno Dicionário Da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2014. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=repercus%E3so>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

<sup>75</sup> Ibidem.

<sup>76</sup> WEISZFLOG, Walter. *Michaelis Moderno Dicionário Da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2014. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=repercus%E3so>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

parcela representativa de um determinado grupo de pessoas experiente, indiretamente, sua influência.<sup>77</sup>

Arruda Alvim, a propósito do significado da expressão, mas alertando para o fato de que não se trata de um rol exauriente, afirma que a exigência do texto constitucional se relaciona com matéria que:

“diga respeito a um grande espectro de pessoas ou a um largo segmento social, uma decisão sobre assunto constitucional muito controvertido, em relação à decisão que contrarie a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal; que diga respeito à vida, à liberdade, à federação, à invocação do princípio da proporcionalidade (em relação ao texto constitucional) etc.”<sup>78</sup>.

Em outras palavras, segundo Bruno Dantas, repercussão geral é:

o pressuposto especial de cabimento do recurso extraordinário, estabelecido por comando constitucional, que impõe que o juízo de admissibilidade do recurso leve em consideração o impacto indireto que eventual solução das questões constitucionais em discussão terá na coletividade, de modo que se lhe terá por presente apenas no caso de a decisão de mérito emergente do recurso ostentar a qualidade de fazer com que parcela representativa de um determinado grupo de pessoas experiente, indiretamente, sua influência, considerados os legítimos interesses sociais extraídos do sistema normativo e da conjuntura política, econômica e social reinante num dado momento histórico.<sup>79</sup>

Do ponto de vista constitucional, a repercussão geral foi introduzida por meio da Emenda Constitucional 45/2004 e passou a ser condição para a admissibilidade do recurso extraordinário.<sup>80</sup>

<sup>77</sup> DANTAS, Bruno. *Repercussão Geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado*. Questões processuais. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 247.

<sup>78</sup> ALVIM, Arruda. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/34194508/djpe-07-02-2012-pg-50>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

<sup>79</sup> DANTAS, Bruno. *Repercussão Geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado*. Questões processuais. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 247 e 248.

<sup>80</sup> FERRAZ, Taís Schilling. Repercussão Geral – muito mais que um pressuposto de admissibilidade. In: PAULSEN, Leandro. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário: Estudos em homenagem à Ministra Ellen Gracie*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011. p. 80.

Regulamentada pela Lei 11.418/2006, a repercussão geral passou à condição de verdadeiro instrumento processual. Esta lei introduziu no Código de Processo Civil os artigos 543-A e 543-B, delimitando os contornos da repercussão geral, definindo a nova sistemática de processamento dos recursos extraordinários no Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais e Turmas Recursais de origem, e estabelecendo o efeito multiplicador da decisão sobre tema constitucional de repercussão geral sobre as ações individuais.<sup>81</sup>

Cabe ao recorrente, além da demonstração de que há no recurso questão constitucional a ser dirimida pelo Supremo Tribunal Federal, ou seja, que está configurada uma das hipóteses descritas nas alíneas do inciso III do artigo 102, da Constituição Federal de 1988, evidenciar que há relevância na matéria a ser discutida, sob os planos social, econômico, jurídico ou político, bem como que serão alcançados pela decisão mais que os interesses subjetivos envolvidos na causa.<sup>82</sup>

### 3.3 Natureza jurídica da repercussão geral

A natureza jurídica do instituto da repercussão geral é de pressuposto específico de cabimento do recurso extraordinário, de modo que, se insere no juízo de admissibilidade desse recurso.<sup>83</sup>

O texto constitucional dá razoável indício da natureza do instituto quando menciona que se deve demonstrar a repercussão geral “a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso”<sup>84</sup>. Parece evidente que, se a questão

<sup>81</sup> FERRAZ, Taís Schilling. Repercussão Geral – muito mais que um pressuposto de admissibilidade. In: PAULSEN, Leandro. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário*: Estudos em homenagem à Ministra Ellen Gracie. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011. p. 80.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 80.

<sup>83</sup> DANTAS, Bruno. *Repercussão Geral*: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado. Questões processuais. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 216.

<sup>84</sup> Artigo 103 § 3º da Constituição Federal de 1988 - No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004). BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em:



gira em torno da admissibilidade do recurso extraordinário, o instituto que ensejará tal juízo só pode se enquadrar como requisito de admissibilidade autônomo ou pressuposto de algum requisito de admissibilidade existente, conforme se extrai da teoria geral dos recursos.<sup>85</sup>

O próprio Supremo Tribunal Federal afirma que a existência da repercussão geral da questão constitucional suscitada é requisito necessário para o conhecimento de todos os recursos extraordinários, inclusive em matéria penal. Exige-se preliminar formal de repercussão geral, sob pena de não ser admitido o recurso extraordinário.<sup>86</sup>

Com efeito, o recurso extraordinário poderá ser inadmitido na origem por ausência de qualquer requisito de admissibilidade, excetuada a repercussão geral das questões discutidas, cujo exame é privativo do Supremo Tribunal Federal, ou seja, o mandamento constitucional exige que o julgamento de mérito do instituto seja realizado exclusivamente pela Suprema Corte, logo, o presidente e o vice-presidente do tribunal de origem estará diante de limite material à sua cognição.<sup>87</sup>

Assim, comprova-se que o instituto da repercussão geral é uma condição de requisito de admissibilidade da repercussão geral e que sem ela, o recurso extraordinário não será admitido.

---

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2014.

<sup>85</sup> DANTAS, Bruno. *Repercussão Geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado*. Questões processuais. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 217.

<sup>86</sup> SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA. *Apresentação do instituto*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=apresentacao>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

<sup>87</sup> DANTAS, Bruno. *Repercussão Geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado*. Questões processuais. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 218.

### 3.4 Análise das razões determinantes para a instituição da repercussão geral: a finalidade do instituto

A repercussão geral introduziu um regime de processamento de recursos e de geração de efeitos sobre as ações individuais fundadas em idêntica questão constitucional. A finalidade deste instituto foi a maior integração entre os órgãos do Poder Judiciário e entre os agentes de todo o sistema de justiça; a racionalização de procedimentos, mudanças no âmbito de cognição dos recursos extraordinários, maior isonomia e segurança jurídica no trato das questões constitucionais e crescente necessidade de revisão do paradigma individualista.<sup>88</sup>

A necessidade de controlar e reduzir o sempre crescente e intolerável volume de recursos da espécie que passou a assoberbar o Supremo Tribunal a ponto de comprometer o bom desempenho de sua missão de Corte constitucional, que inspirou e justificou a reforma operada pela Emenda Constitucional n. 45.<sup>89</sup>

De acordo com a orientação fixada pelo próprio Supremo Tribunal Federal, a exigência da repercussão geral, como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, tem as seguintes finalidades: a) delimitar a competência do Supremo Tribunal Federal, no julgamento de recursos extraordinários, às questões constitucionais com relevância social, política, econômica ou jurídica, que transcendam os interesses subjetivos da causa; e, b) uniformizar a interpretação constitucional sem exigir que o Supremo Tribunal Federal decida múltiplos casos idênticos sobre a mesma questão constitucional.<sup>90</sup>

---

<sup>88</sup> FERRAZ, Taís Schilling. Repercussão Geral – muito mais que um pressuposto de admissibilidade. In: PAULSEN, Leandro. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário*: Estudos em homenagem à Ministra Ellen Gracie. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011. p. 78.

<sup>89</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, 2014. p. 714.

<sup>90</sup> SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA. *Apresentação do instituto*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=apresentacao>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

### 3.5 Breves referências ao direito comparado

Nos dias de hoje é difícil conceber algum país que não tenha adotado medidas que amenizassem os efeitos nocivos da sobrecarga de trabalho de suas cortes supremas, ou seja, que não tenham adotado medidas para estabelecer filtros ao acesso de recursos a elas dirigidos.<sup>91</sup>

No direito italiano, as Cortes de Cassação, gênero a que se filiam em certos aspectos tribunais como o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, se destinam institucionalmente a garantir a uniformidade da aplicação da lei federal nos Estados organizados de maneira federativa, e com isso cumprir-se a garantia constitucional de igualdade de todos perante a lei. Ocorre que o acesso indiscriminado a esses tribunais provoca seu crescimento numérico e o congestionamento de seus serviços, com o que, além da intolerável demora na resposta jurisdicional definitiva, se acaba por produzir decisões divergentes entre os diversos órgãos fracionários em que a Corte se vê forçada a instituir.<sup>92</sup>

De tal maneira o tratamento igualitário que justificaria a existência desses tribunais superiores acaba sendo inviabilizado, diante da inevitabilidade de divergência interna na interpretação e aplicação da lei federal. É assim que se justifica a adoção de critérios de redução drástica do volume de processos que vão ter aos tribunais de último grau de jurisdição, limitando-os apenas àqueles que versem sobre questões relevantes de alta repercussão nacional.<sup>93</sup>

É de origem americana a concepção paradigmática de filtro no acesso à Suprema Corte a qual vem inspirando diversos países no mundo. A carga de trabalho desta Corte cresceu exponencialmente após a Guerra Civil,

---

<sup>91</sup> DANTAS, Bruno. *Repercussão Geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado. Questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 91.

<sup>92</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, 2014. p. 714.

<sup>93</sup> Ibidem. p. 714.

dos anos de 1861 a 1865. Assim, viu-se a necessidade de criar reformas, entre elas, a *writ of certiorari*.<sup>94</sup>

O *writ of certiorari* se tornou o principal mecanismo de acesso à Suprema Corte dos Estados Unidos, por meio do qual seus integrantes selecionam os casos que serão julgados anualmente.<sup>95</sup> É através desta petição que haverá uma revisão discricionária pela Suprema Corte de uma decisão de corte inferior.<sup>96</sup>

Cada juiz, depois de analisar essa petição, faz o seu juízo sobre a propriedade ou não da revisão plenária pela corte inteira. Tal revisão é admitida se ao menos quatro juízes votam pela admissibilidade da petição.<sup>97</sup>

No procedimento do *writ of certiorari*, deve ser invocada a relevância da *federal question* (questão federal relevante). Algo que se assemelha à nossa preliminar da repercussão geral.<sup>98</sup>

Quando a *petition for a writ of certiorari* for denegada, resulta que a decisão da corte originária não foi afetada ou atingida, mas também não significa a concordância da Suprema Corte com a decisão da corte inferior. Simplesmente quer dizer que a questão não detinha relevância constitucional suficiente para instaurar a jurisdição da Suprema Corte.<sup>99</sup>

No sistema constitucional alemão, encontra-se instituto que possui similaridades com a repercussão geral, qual seja a *Verfassungsbeschwerde*, que corresponde à expressão “reclamação constitucional”.

<sup>94</sup> DANTAS, Bruno. *Repercussão Geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado*. Questões processuais. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 95.

<sup>95</sup> BERMAN, José Guilherme. *O writ of certiorari*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_86/artigos/JoseGuilherme\\_rev86.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_86/artigos/JoseGuilherme_rev86.htm)>. Acesso em: 31 maio 2014.

<sup>96</sup> MELLO, Vitor Tadeu Carramão. *A Repercussão Geral e o Writ of certiorari: breve diferenciação*. Disponível em: <[http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista\\_sjrj/article/viewFile/32/30](http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/viewFile/32/30)>. Acesso em: 31 maio 2014.

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> VIANA, Ulisses Schwarz. *Repercussão Geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 34.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 35.

A *Verfassungsbeschwerde*, que é dirigida ao Tribunal Constitucional Federal alemão (*Bundesverfassungsgericht*), pode ser formulada por qualquer pessoa que tenha um direito fundamental ofendido por medidas adotadas pelas autoridades públicas ou por decisões judiciais, desde que, em regra, esgotadas as instâncias ordinárias. O reclamante (*Beschwerdeführer*) deve ter utilizado todos os remédios legais e meios disponíveis para a preservação e a reparação do direito fundamental lesado.<sup>100</sup>

Esse instituto deve ser proposta dentro do prazo de um mês, quando dirigida contra ato da administração pública ou contra decisão de um tribunal. É, ainda, impossível a dilação deste prazo pela Corte Constitucional alemã.<sup>101</sup>

Como na repercussão geral, a *Verfassungsbeschwerde* também passa por uma fase prévia de admissibilidade (*Annahmeverfahren*), que consiste na análise, pelo *Bundesverfassungsgericht* (tribunal constitucional alemão), da importância constitucional fundamental da questão tratada ou da existência de violação de direitos fundamentais de especial gravidade ou da possibilidade de o reclamante vir a sofrer lesão de particular gravidade, pela não decisão da questão.<sup>102</sup>

Na Inglaterra, há a Câmara dos Lordes que é equivalente ao nosso Senado Federal. Ela é a corte de última instância dos países sob sua jurisdição, e é desempenhada pela Comissão de Recursos (*Appeal Committee*), composta de doze lordes que recebem o título formal de “Lordes de Recursos”. Em 1934, foi introduzida na Inglaterra a exigência de concessão de licença para recorrer (*leave to appeal*) ao *Appeal Committee*, que se manifestará por, pelo menos, três juízes.<sup>103</sup>

O critério utilizado pela Câmara dos Lordes para conceder a licença para recorrer é o da relevância pública geral. Todavia, não existem parâmetros

---

<sup>100</sup> VIANA, Ulisses Schwarz. *Repercussão Geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 41.

<sup>101</sup> Ibidem. p. 41.

<sup>102</sup> VIANA, Ulisses Schwarz. *Repercussão Geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 41.

<sup>103</sup> DANTAS, Bruno. *Repercussão Geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado. Questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 127.

no sistema inglês para definir o que seria uma questão de importância pública geral, de modo que cabe exclusivamente à Câmara dos Lordes o seu estabelecimento.<sup>104</sup>

Por outro lado, a excessiva carga de trabalho fez com que a Suprema Corte do Canadá, na década de 1960, se instalasse no Parlamento discussão em torno de soluções para o problema. Assim, decidiu que a Corte poderia valer-se de “discrecionarietà” para aferir a existência de importância pública.<sup>105</sup>

A maior parte dos recursos somente é examinada pela Corte se uma licença é concedida previamente. Licença para recorrer é concedida pela Corte se, na opinião do colegiado, o caso envolver uma questão de importância pública ou se ele levanta uma questão importante de direito que assegure a intervenção da Corte. A Corte concede licença para recorrer baseada em sua concepção da importância pública que a questão de direito sustente num caso determinado. A Corte não tem controle sobre sua pauta de julgamentos e é capaz de supervisionar o crescimento e o desenvolvimento da jurisprudência canadense.<sup>106</sup>

Outro modelo comparativo pode ser encontrado, no sistema constitucional espanhol, no instituto do *recurso de amparo*. Esse recurso possui natureza subsidiária, como ocorre no Brasil com o recurso extraordinário, que para ser admitido necessita do esgotamento prévio da jurisdição ordinária.<sup>107</sup>

Uma semelhança com a repercussão geral é o seu aspecto subjetivista na interposição recursal, pois em ambos a questão constitucional deverá apresentar transcendência dos interesses exclusivamente individuais das partes, para assumir uma relevância geral que reflita o reconhecimento de

---

<sup>104</sup> DANTAS, Bruno. *Repercussão Geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado*. Questões processuais. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 127.

<sup>105</sup> Ibidem. p. 128.

<sup>106</sup> O parágrafo em questão trata da tradução do texto que a própria Corte dispõe no registro sobre a sua jurisdição. Assim, afirma que a jurisdição recursal da Suprema Corte canadense se restringe, basicamente, às questões jurídicas de grande importância pública, de modo a assegurar o desenvolvimento da jurisdição nacional.

<sup>107</sup> VIANA, Ulisses Schwarz. *Repercussão Geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 46.

um interesse objetivamente relevante para toda a sociedade. Ou seja, ao Tribunal Constitucional Espanhol, tal qual o Supremo Tribunal Federal, é atribuída uma discricionariedade judicial na apreciação da admissibilidade do *recurso de amparo* e do recurso extraordinário, respectivamente.<sup>108</sup>

### **3.6 A repercussão geral e sua condição de requisito de admissibilidade do recurso extraordinário: a proceduralização de sua análise**

A regulamentação do dispositivo constitucional inovador se fez por meio da Lei n. 11.418, de 19.12.2006, que acrescentou dois novos artigos no Código de Processo Civil, no âmbito da disciplina do recurso extraordinário, o artigo 543-A e o artigo 543-B. No primeiro, foram traçadas regras de definição do que se deva entender por “repercussão geral” das questões constitucionais debatidas no processo; e, no segundo, instituíram-se regras simplificadoras da tramitação de outros extraordinários pendentes com veiculação de igual controvérsia.<sup>109</sup>

Essa lei entrou em vigor no dia 18 de fevereiro de 2007 e foi regulamentada pela Emenda Regimental n. 21, de 30 de abril de 2007, a qual alterou o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.<sup>110</sup>

O artigo 4º da mencionada lei dispôs que sua aplicação dar-se-á aos recursos interpostos a partir do primeiro dia de sua vigência, ou seja, a partir do dia 18.02.2007. Continuam fora da sistemática da repercussão geral todos os recursos extraordinários pendentes antes daquela data, que estejam tramitando nas instâncias locais ou no Supremo Tribunal Federal.<sup>111</sup>

---

<sup>108</sup> VIANA, Ulisses Schwarz. *Repercussão Geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 48.

<sup>109</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, 2014. p. 715.

<sup>110</sup> PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Direito processual civil contemporâneo: processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 1201.

<sup>111</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, 2014. p. 715.

O controle de constitucionalidade estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 102 da Constituição Federal de 1988 é específico do recurso extraordinário, pelo que não poderá ser estendido ao recurso ordinário perante o Supremo Tribunal Federal.<sup>112</sup>

A apreciação da ocorrência ou não de repercussão geral é exclusiva da Suprema Corte<sup>113</sup>. Não cabe ao presidente do tribunal local pronunciar a seu respeito no juízo de admissibilidade, exceto no que se refere a existência da preliminar formal da repercussão geral. O seu julgamento prévio de admissibilidade continuará sendo feito apenas no exame dos pressupostos normais de cabimento.<sup>114</sup>

O recorrente, na fase de admissibilidade, além de demonstrar a presença dos requisitos objetivos e subjetivos comuns a qualquer recurso e, ainda, o prequestionamento, deverá demonstrar, através da abertura de um capítulo preliminar em seu recurso, a existência de uma questão relevante do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapasse os interesses subjetivos da causa.<sup>115</sup>

Havendo diversos recursos extraordinários que tratam da mesma controvérsia, deverá o tribunal local selecionar um ou mais recursos que a representem para encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal. Os demais

---

<sup>112</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, 2014. p. 715.

<sup>113</sup> Art. 543-A: O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo. § 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2014.

<sup>114</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, 2014. p. 715.

<sup>115</sup> PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Direito processual civil contemporâneo: processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 1201.



ficarão sobrestados na origem até o pronunciamento definitivo da Corte Suprema.<sup>116</sup>

Após verificada a admissibilidade do recurso extraordinário no tribunal de origem, o mesmo irá ao Supremo Tribunal Federal. Quanto ao seu procedimento, no Supremo Tribunal Federal, este está disposto no Código de Processo Civil nos artigos 543-A e seguinte.

Ao plenário compete declarar a ausência de repercussão geral, por voto de dois terços de seus membros<sup>117</sup>. Se, porém, a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, quatro votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário<sup>118</sup>.

Negada a repercussão geral, a decisão do Pleno valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, ainda pendentes de apreciação. Serão todos eles indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.<sup>119</sup>

O parágrafo 6º do artigo 543-A permite a intervenção de terceiros interessados durante a análise da repercussão geral, de acordo com o que dispuser o Regimento Interno da Suprema Corte. Essas manifestações se justificam em face da repercussão que o julgamento pode ter sobre outros recursos, além daquele apreciado no momento.<sup>120</sup>

Embora seja da competência das turmas da Suprema Corte o julgamento do recurso extraordinário, a análise dessa questão preliminar deve

---

<sup>116</sup> Artigo 543-B § 1º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.

<sup>117</sup> Artigo 102 § 3º da Constituição Federal: No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

<sup>118</sup> Artigo 543-A § 4º do Código de Processo Civil: Se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.

<sup>119</sup> Artigo 543-A § 5º Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

<sup>120</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, 2014. p. 716.

ser feita pelo Pleno, órgão para o qual devem ser remetidos os autos para a devida análise.<sup>121</sup>

A repercussão geral pressupõe análise coletiva, com ao menos oito ministro dedicados à questão jurídica, pois só por voto de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal é que se pode reconhecer a sua ausência, o que torna a decisão mais qualificada.<sup>122</sup>

### **3.7 Critérios que determinam a existência da repercussão geral, quanto ao aspecto: social, econômico, político e jurídico**

Por repercussão geral, a Lei n. 11.418, de 2006 entende aquela que se origina de questões “que ultrapassem os interesses subjetivos da causa”<sup>123</sup>, por envolver controvérsias que vão além do direito individual ou pessoal das partes. É preciso que, objetivamente, as questões repercutam fora do processo e se mostrem “relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico”<sup>124</sup>

Na prática, há uma grande discussão sobre esse tema. Não existe uma norma que defina o conceito de relevância. O que pode ser relevante para uma pessoa, pode não ser para outra. Assim, cabe ao Supremo Tribunal Federal delinear o seu significado, para que os recorrentes possam interpor seus recursos.

<sup>121</sup> DIDIER JUNIOR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil: Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*. 5. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2008. p. 313.

<sup>122</sup> DANTAS, Bruno. *Repercussão Geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado. Questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 219.

<sup>123</sup> Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006). § 1º Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006). BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2014.

<sup>124</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, 2014. p. 716.

Pesquisas em julgamentos do próprio Supremo Tribunal Federal nos mostram exemplos de processos que demonstraram ter este “relevante ponto de vista econômico, político, social ou jurídico”. Um exemplo foi no caso do RE 579.167<sup>125</sup>, no qual o Supremo Tribunal Federal confirmou requisito para progressão de regime prisional em condenação por crimes hediondos antes de 2007.

## R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, a título de relatório, as informações prestadas pela Assessoria: O Tribunal de Justiça do Acre, ao negar provimento ao Agravo na Execução Penal nº 2007.001765-9, assentou a possibilidade de condenado pela prática de crime hediondo consumado anteriormente à edição da Lei nº 11.464/07 obter direito à progressão do regime de cumprimento da pena, desde que cumpra um terço desta, ou seja, o dobro do requisito objetivo de tempo mínimo para os delitos comuns.

Por meio do extraordinário de folha 56 a 64, interposto com alegada base na alínea “a” do permissivo constitucional, o Ministério Público estadual argui a transgressão do artigo 5º, inciso XL, do Diploma Maior. Assevera incidir o novo regramento do artigo 2º, § 2º, da Lei nº 8.072/90, imposto pela Lei nº 11.464/2007, ou seja, o requisito de dois quintos da pena, relativamente a condenado primário, e três quintos, em casos de reincidência, afastada a aplicação do artigo 112 da Lei de Execuções Penais.

**Quanto à repercussão geral, anota a importância da questão sob os pontos de vista econômico, político, social e jurídico, porquanto o entendimento do Supremo alcançará grande quantidade de apenados por crimes hediondos e assemelhados beneficiados com a progressão**

---

<sup>125</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 579.167. Recorrente: Ministério Público do Estado do Acre. Recorrido: Odenilson da Silva Lima. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, DF, 16 de maio de 2013. *Re 579167 - Recurso Extraordinário*. Brasília, 18 out. 2013. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2598040>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

**de regime após o cumprimento de somente um sexto da pena.**

O recorrido, nas contrarrazões de folha 66 a 76, sustenta o acerto da conclusão adotada no acórdão impugnado, não havendo ofensa aos preceitos constitucionais evocados. Afirma que a aplicação do requisito temporal previsto na Lei nº 11.464/07 violaria o princípio da retroatividade apenas da lei penal mais benéfica.

O recurso foi admitido por meio da decisão de folhas 78 e 79.

**Em 4 de abril de 2008, o Plenário reconheceu a repercussão geral da matéria.** O recurso foi redistribuído a Vossa Excelência em 16 de setembro de 2009, sendo o relator anterior o Ministro Menezes Direito. (grifo nosso)

Note na relevância que esta decisão gerará, visto que poderá abranger muitas pessoas que cometeram crimes hediondos e estão com requisitos semelhantes ao do caso em questão.

Outro tema que foi admitido foi o do Recurso Extraordinário 626.489<sup>126</sup>, o qual reconheceu o prazo de dez anos para revisão de benefícios do INSS anteriores à Medida Provisória (MP 1523-9/1997). Assim, o prazo de dez anos contará da vigência do MP e não da data da concessão do benefício.

Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em face de acórdão da Turma Recursal dos

Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, que deu provimento ao recurso da ora Recorrida para “afastar a prejudicial de decadência, determinando o retorno dos autos ao duto juízo de origem para que prossiga com o julgamento” do pedido de revisão da aposentadoria por invalidez.

<sup>126</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 626.489. Recorrente: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. Recorrida: Maria das Dores Oliveira Martins. Relator: Ministro Roberto Barroso. Brasília, DF, 16 de outubro de 2013. *RE 626489 - Recurso Extraordinário*. Brasília, 23 set. 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=3910753>>. Acesso em: 28 set. 2014.

**O acórdão recorrido no recurso extraordinário assentou, como fundamento, o entendimento “de que o prazo decadencial previsto no caput do artigo 103 da Lei de Benefícios, introduzido pela Medida Provisória no. 1.523-9, de 27.6.1997, convertida na Lei no. 9.528/1997, por se tratar de instituto de direito material, surte efeitos apenas sobre as relações jurídicas constituídas a partir de sua entrada em vigor.** Concluiu que como “o benefício previdenciário revisando foi concedido à parte autora antes da vigência da Medida Provisória no. 1.523-9/1997 está imune à incidência do prazo decadencial.”

Em decisão proferida em 24/08/2001 (fls. 149), o Relator, à época, admitiu a inclusão da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP). **Após, a Corte reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada** (fls. 166/173). Em seguida, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (fls. 178/186), a União (fls. 193/207) e o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (fls. 322/395) requereram ingresso no feito na qualidade de amici curiae. A OAB, em seu pedido de ingresso, destaca sua tradição na defesa da Constituição e dos interesses gerais da sociedade. A União ressalta, além da importância jurídica das questões postas em julgamento, a repercussão financeira de eventual decisão sobre os cofres públicos, e o IBDP sustenta ter grande representatividade no meio jurídico e acadêmico, sendo integrado por professores, juízes, advogados, procuradores federais, estaduais e municipais, e que tem contribuído para o desenvolvimento do Direito Previdenciário.

**Tendo em vista a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, bem como demonstrado o interesse jurídico, financeiro e social no tema,** defiro o ingresso do Conselho Federal da OAB, da União e do IBDP na qualidade de amici curiae, nos termos do art. 543-A, §3º, do Código de Processo Civil c/c o art. 323, §3º, do RISTF, e de acordo com precedentes da Corte (por exemplo, RE 567.110, Rel. Min. Cármen Lúcia e RE 704292, Rel. Min.

Dias Toffoli). Registro que todos os intervenientes já apresentaram manifestações escritas sobre o tema. (grifo nosso)

Assim, diversos são os temas que passam pela Suprema Corte. Vários já foram julgados e muitos outros ainda esperam a sua decisão no Supremo Tribunal Federal, enquanto outros milhares estão sobrestados nas instâncias de origem a espera de julgamento.

Desse modo, com a abordagem deste capítulo, foi possível verificar o procedimento da repercussão geral no principal recurso de competência do Supremo Tribunal Federal, ou seja, no recurso extraordinário. Conhecer sua tramitação, a sua finalidade e os requisitos indispensáveis para a sua admissibilidade.

#### **4 A DEMONSTRAÇÃO DA RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INSTITUTOS CONSTITUCIONAIS SEMELHANTES E EXPECTATIVAS EM TORNO DA SUA POSITIVAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO**

O presente capítulo visa estabelecer juízo comparativo entre o instituto da repercussão geral e o seu antecessor, a arguição de relevância. Para então, analisar a proposta de emenda constitucional número 209 de 2012, conhecendo as posições favoráveis e contrárias a aprovação desta proposta.

##### **4.1 Da repercussão geral: conceito e natureza jurídica**

Conforme visto no capítulo anterior, a Emenda Constitucional 45 de 2004 estabeleceu um novo requisito para a admissibilidade do recurso extraordinário. Nos termos do parágrafo 3º, o qual esta emenda acrescentou ao artigo 102 da Constituição Federal, o recorrente precisará demonstrar que o tema discutido no recurso tem uma relevância que transcende aquele caso concreto e subjetivo, revestindo-se de interesse geral, institucional.<sup>127</sup>

Os doutrinadores atribuem natureza jurídica à repercussão geral,<sup>128</sup> como um requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, com a diferença de que não se coloca no mesmo plano daqueles requisitos elencados nas alíneas do inciso III do artigo 102, pois o recorrente, além de ter de fundamentar o extraordinário em uma dessas letras, terá de demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso.<sup>129</sup>

---

<sup>127</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento*. 14. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 787.

<sup>128</sup> SILVA, Roberta Gonçalves de Souto e Silva. *Repercussão Geral: dos critérios de aferição aos efeitos*. General repercussion: from admeasurements criteria to effects. Disponível em: <<http://jurisvox.unipam.edu.br/documents/48188/50566/Repercussao-geral.pdf>>. Acesso em: 16 set. de 2014.

<sup>129</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 567.

Apesar da alteração advinda pela emenda constitucional estar disciplinada no Código de Processo Civil, trata-se de uma disciplina geral,<sup>130</sup> ou seja, a repercussão geral se aplica a todos os recursos extraordinários, seja qual for o ramo do Direito envolvido como, por exemplo, em matéria tributária, trabalhista, penal e outros.<sup>131</sup>

#### **4.1.1 Critérios que determinam a existência da repercussão geral e a irrecorribilidade da decisão**

Como já mencionado, o recorrente, na fase da interposição, além de demonstrar a presença dos requisitos objetivos e subjetivos comuns a qualquer recurso e, ainda, o prequestionamento, deverá demonstrar a existência de uma questão relevante do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapasse os interesses subjetivos da causa.<sup>132</sup>

Pode-se observar que o conceito jurídico dos critérios os quais determinam a existência da repercussão geral são amplos e indeterminados, não tendo uma definição concreta. Assim, Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart<sup>133</sup> afirmam que caberá ao Supremo Tribunal Federal esclarecer, a partir das suas decisões, a exata dimensão desse requisito recursal.

Há, porém, hipótese de presunção absoluta da repercussão geral.<sup>134</sup> No sistema brasileiro, a existência de repercussão geral é presumida de forma relativa. Porém, se o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal a presunção é

---

<sup>130</sup> ALVIM, Arruda. *Manual de direito processual civil*. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 244.

<sup>131</sup> SILVA, Roberta Gonçalves de Souto e Silva. *Repercussão Geral: dos critérios de aferição aos efeitos*. General repercussion: from admeasurements criteria to effects. Disponível em: <<http://jurisvox.unipam.edu.br/documents/48188/50566/Repercussao-geral.pdf>>. Acesso em: 16 set. de 2014.

<sup>132</sup> PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Direito processual civil contemporâneo: teoria geral do processo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 625.

<sup>133</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 568.

<sup>134</sup> DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil*. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2014. p. 320.



absoluta.<sup>135</sup> Ou seja, o artigo 543-A, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil - CPC afirma que estará, de todo modo, sempre suprido o requisito da repercussão geral quando o recurso impugnar um desses dispositivos.<sup>136</sup>

Segundo artigo o 543-A, *caput*, do CPC e do artigo 326 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, a decisão que declara inexistente a repercussão geral é irrecurável.

Todavia, do ponto de vista doutrinário, deve-se afastar a incidência do disposto neste artigo aos embargos de declaração<sup>137</sup>. Da norma do inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal é possível extrair a obrigatoriedade da fundamentação da decisão que nega a existência da repercussão geral.<sup>138</sup> Assim, caso haja alguma deficiência na decisão, como, obscuridade, contradição ou omissão<sup>139</sup>, deve ser oposto os embargos de declaração para sanar os problemas citados.

Nesse sentido, dois julgados da Suprema Corte:

RECURSO. Agravo regimental. Interposição contra decisão que aplica a sistemática da repercussão geral. Inadmissibilidade. **É irrecurável, perante esta Corte, a decisão que aplica sistemática da repercussão geral.** Agravo regimental não conhecido. Precedentes.<sup>140</sup> (grifo nosso)

<sup>135</sup> DESTEFENNI, Marcos. *Manual de processo civil: individual e coletivo*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 368.

<sup>136</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 568.

<sup>137</sup> FERNANDES, Sérgio Ricardo de Arruda. *O recurso extraordinário e o seu novo processamento: Análise da seleção, juízo de retratação e negativa de seguimento*. Disponível em: <[http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir\\_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi\\_pro\\_civil/recurso\\_extra.pdf](http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_pro_civil/recurso_extra.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2014.

<sup>138</sup> PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Direito processual civil contemporâneo: teoria geral do processo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 627.

<sup>139</sup> Artigo 543 do Código de Processo Civil: Cabem embargos de declaração quando: I – houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; II – for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

<sup>140</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo de Instrumento nº 790033. Agravante: Pedro Henrique Mansur. Agravado: Associação de poupança e empréstimo – POUPEX. Brasília, DF, 29 de março de 2012. *AI 790033 - Agravo de Instrumento*. Brasília, 02 maio 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=3845571>>. Acesso em: 19 set. 2014.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO. ESCRIVÃES ELEITORAIS. REPERCUSSÃO GERAL. INEXISTÊNCIA. **AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO.** REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. IRRECORRIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. I - Ausência dos pressupostos do art. 535, I e II, do Código de Processo Civil. II - **Os embargantes buscam tão somente a rediscussão da matéria**, porém os embargos de declaração não constituem meio processual adequado para a reforma do decisum, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais, o que não ocorre no caso em questão. III - **A decisão desta Corte que assenta a inexistência de repercussão geral da questão versada no extraordinário é irrecorrível, art. 543-A do CPC e art. 326 do RISTF.** Nesse contexto, a interposição de embargos com o propósito de infirmar aquela decisão revela o intento de burlar os mencionados dispositivos legais. IV - Embargos de declaração não conhecidos.<sup>141</sup> (grifo nosso)

No último caso apresentado, os embargos de declaração não foram conhecidos, pois o embargante não o interpôs com a finalidade de sanar algum dos vícios elencados no artigo 543 do CPC, mas sim, com a intenção de rediscutir a matéria. Neste caso, é pacífico o entendimento de não cabimento do presente recurso.

#### **4.1.2 Competência e quórum para apreciação da repercussão geral**

Nos termos do que dispõe o texto constitucional, o recurso apenas poderá ser inadmitido se dois terços dos membros do tribunal reputarem que a questão não tem tal relevância geral. Ou seja, a manifestação negando a existência de repercussão geral precisará provir do Plenário do Supremo Tribunal Federal, que reúne todos os seus membros. A regra é que o relator isoladamente ou mesmo a Turma não poderá negar conhecimento ao recurso

<sup>141</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Embargos de Declaração na Repercussão Geral no Agravo de Instrumento nº 855810. Embargante: Ivo Oscar de Souza Florissal e outros. Embargado: União. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 19 de junho de 2013. AI 855810 Rg-Ed/RD - Rio Grande do Sul. Brasília, 01 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28543%2DA+decis%E3o+irrecorr%EDvel%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/ncbz9c5>>. Acesso em: 19 set. 2014.

por esse fundamento, enquanto não houver um pronunciamento nesse sentido do próprio Plenário.<sup>142</sup>

Porém, segundo o parágrafo 4º do artigo 543-A do CPC, é possível que a Turma da Suprema Corte conheça do recurso, ou seja, decida pela existência da repercussão geral.<sup>143</sup> Nesse caso, não há a necessidade de remeter os autos ao plenário, desde que haja no mínimo quatro votos a favor da repercussão geral.<sup>144</sup>

Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecurável, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.

[...]

§ 4.º Se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.<sup>145</sup>

O exame de tal questão estará afeto, exclusivamente, à análise do Supremo Tribunal Federal, não se admitindo a negativa de seguimento do recurso extraordinário no Tribunal de origem. Assim, somente a Suprema Corte tem o poder de analisar o que é ou não é questão de repercussão geral. Aos presidentes dos tribunais inferiores, caberão somente o de aplicar aquilo que o Supremo Tribunal Federal já tiver decidido.<sup>146</sup>

Assim é o entendimento da Suprema Corte, conforme decisão do Agravo de Instrumento n. 664.567:

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, decidiu a questão de ordem da seguinte forma: 1) que é de exigir-se a demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas em qualquer recurso

<sup>142</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento*. 14. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 788.

<sup>143</sup> LOURENÇO, Haroldo. *Manual de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 613.

<sup>144</sup> DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil*. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2014. p. 319.

<sup>145</sup> BRASIL. *Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973*. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869.htm)>. Acesso em: 01 out. 2014.

<sup>146</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 568.

extraordinário, incluído o criminal; 2) que a verificação da existência de demonstração formal e fundamentada da repercussão geral das questões discutidas no recurso extraordinário pode fazer-se tanto na origem quanto no Supremo Tribunal Federal, **cabendo exclusivamente a este Tribunal, no entanto, a decisão sobre a efetiva existência da repercussão geral**; 3) que a exigência da demonstração formal e fundamentada no recurso extraordinário da repercussão geral das questões constitucionais discutidas só incide quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente) e o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Gilmar Mendes (Vice-Presidente). Plenário, 18.06.2007.<sup>147</sup> (grifo nosso)

Logo, conclui-se que é de apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal decidir pela inexistência da repercussão geral nos recursos extraordinários.<sup>148</sup>

## 4.2 Arguição de relevância

A Arguição de Relevância foi prevista pela primeira vez no ordenamento brasileiro através da Emenda Regimental n. 3, de 12 de junho de 1975, o qual modificou o artigo 308 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, com o intuito de equilibrar as taxativas hipóteses de interposição do Recurso Extraordinário.<sup>149</sup>

<sup>147</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo de Instrumento nº 664567. Agravante: Orlando Duarte Alves. Agravado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Ministra Ellen Gracie. Brasília, DF, 18 de junho de 2007. *AI 664567 - Agravo de Instrumento*. Brasília, 06 set. 2007. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2525122>>. Acesso em: 16 set. 2014.

<sup>148</sup> DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil*. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2014. p. 319.

<sup>149</sup> LAMY, Eduardo de Avelar. *Repercussão Geral no recurso extraordinário: a volta da arguição de relevância?*. Disponível em: <<http://www.esmesc.com.br/upload/arquivos/1-1246647280.PDF>>. Acesso em: 11 set. 2014.

Posteriormente, a Emenda Constitucional n. 7, de 13 de abril de 1977, inseriu o instituto da Arguição de Relevância para o Recurso Extraordinário no texto da Constituição Federal de 1967.<sup>150</sup>

Foi apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a Arguição de Relevância deixou o ordenamento brasileiro. Isso por que o texto constitucional originário, além de não a prever, retirou a força de lei então atribuída ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, determinando hipóteses diferenciadas de admissibilidade para o Recurso Extraordinário - como a Repercussão Geral -, bem como instituindo o Superior Tribunal de Justiça para a guarda e interpretação da lei federal.<sup>151</sup>

A Arguição de Relevância era um incidente que possibilitava a admissão do Recurso Extraordinário, que de outra maneira não seria conhecido, em casos tidos como relevantes para a Suprema Corte. Sua finalidade era permitir que o arguente visse subir o seu apelo extremo e julgado por uma das turmas do Supremo Tribunal Federal.<sup>152</sup>

Entendia relevante a questão federal que, pelos reflexos na ordem jurídica, e considerados os aspectos morais, econômicos, políticos ou sociais da causa, exigisse a apreciação do recurso extraordinário pelo tribunal.<sup>153</sup>

Apesar de falar-se em incidente, tratava de um requisito de admissibilidade do recurso extraordinário. Pois, ali estava, juntamente com os

---

<sup>150</sup> Artigo 119 § 1º da Constituição de 1967 afirma: As causas a que se fere o item III, alíneas a e d, deste artigo, serão indicadas pelo Supremo Tribunal Federal no regimento interno, que atenderá à sua natureza, espécie, valor pecuniário e relevância da questão federal. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm)>. Acesso em: 11 set. 2014.

<sup>151</sup> LAMY, Eduardo de Avelar. *Repercussão Geral no recurso extraordinário: a volta da arguição de relevância?*. Disponível em: <<http://www.esmesc.com.br/upload/arquivos/1-1246647280.PDF>>. Acesso em: 11 set. 2014.

<sup>152</sup> MONTEIRO, Samuel. *Recurso Extraordinário e Arguição de Relevância: com a emenda regimental n. 02/85*. 1. ed. São Paulo: Hemus editora limitada, 1987. p. 149.

<sup>153</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 568.

demais requisitos dos recursos, tais como o preparo, a tempestividade, o interesse e adequação recursal, dentre outros.<sup>154</sup>

O relator, além de verificar a presença dos demais pressupostos, deveria averiguar e decidir se a questão federal trazida era relevante ou não. O procedimento estava previsto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal de 1980, em seu artigo 328.<sup>155</sup>

<sup>154</sup> BERALDO, Leonardo de Faria. *A arguição de relevância da questão constitucional no recurso extraordinário sob o prisma da EC n. 45/2004*. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2012/08/PDF-D11-11.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2014.

<sup>155</sup> Art. 328 - A arguição de relevância da questão federal será feita em capítulo destacado na petição de recurso extraordinário, onde o recorrente indicará, para o caso de ser necessária a formação de instrumento, as peças que entenda devam integrá-lo, mencionando obrigatoriamente a sentença de primeiro grau, o acórdão recorrido, a própria petição de recurso extraordinário e o despacho resultante do exame de admissibilidade.

§ 1º Se o recurso extraordinário for admitido na origem (Art. 326), a arguição de relevância será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos autos originais do processo.

§ 2º Se o recurso extraordinário não for admitido na origem (Art. 326), e o recorrente agravar do despacho denegatório, deverá, para ter apreciada a arguição de relevância, reproduzi-la em capítulo destacado na petição de agravo, caso em que um único instrumento subirá ao Supremo Tribunal Federal, com as peças referidas no "caput" deste artigo.

§ 3º A arguição de relevância subirá em instrumento próprio, em dez dias, com as peças referidas no "caput" deste artigo e a eventual resposta da parte contrária, quando o recurso não comportar exame da admissibilidade na origem (Art. 326), e também quando, inadmitido o recurso, o recorrente não agravar do despacho denegatório.

§ 4º Quando for necessária a formação do instrumento, o recorrente custeará, no Tribunal de origem, as respectivas despesas, inclusive as de remessa e retorno, no prazo legal.

§ 5º No Supremo Tribunal Federal serão observadas as regras seguintes:

I - Subindo a arguição nos autos originais ou no traslado do agravo, haverá registro e numeração do recurso extraordinário ou do agravo de instrumento, seguidos de registro e numeração da arguição de relevância da questão federal;

II - Subindo a arguição em instrumento próprio, será este registrado como arguição de relevância da questão federal, com a numeração pertinente;

III - Em qualquer caso, preparar-se-á um extrato da arguição de relevância para distribuição a todos os Ministros, com referência à sessão do Conselho em que será apreciada;

IV - As arguições de relevância serão, por sua ordem numérica, distribuídas aos Ministros, a partir do mais moderno no Tribunal, e, em caso de impedimento, haverá compensação imediata;

V - Cabe ao Ministro a que for distribuída a arguição de relevância apresentá-la ao Conselho na sessão designada para seu exame, ou, em caso de ausência eventual, na primeira a que comparecer;

VI - O exame da arguição de relevância precederá sempre o julgamento do recurso extraordinário ou do agravo;

VII - Estará acolhida a arguição de relevância se nesse sentido se manifestarem quatro ou mais Ministros, sendo a decisão do Conselho, em qualquer caso, irrecorrível;

VIII - A ata da sessão do Conselho será publicada para ciência dos interessados, relacionando-se as arguições acolhidas no todo ou em parte, e as rejeitadas, mencionada, no primeiro caso, a questão federal havida como relevante.

Art. 329 - Apreciada a arguição de relevância nos autos originais, o recurso extraordinário será distribuído, cabendo à Turma ou ao Plenário, caso tenha sido acolhida, considerar tal decisão ao julgá-lo.

Este instituto era conexo a uma questão federal. Era arguida na própria petição de recurso extraordinário, em capítulo final, separado, destacando-se todos os pontos considerados relevantes pelo arguente e comprovando a relevância com jurisprudências da Suprema Corte.<sup>156</sup> Portanto, não constituía recurso autônomo ou subordinado, mas nascia em função do recurso extraordinário e dele não se desvinculando, senão fisicamente.<sup>157</sup>

Quanto ao preparo, a arguição de relevância também estava sujeita como qualquer recurso, devendo ser realizada perante o Tribunal local onde ela era interposta. A falta de preparo acarretava a sua deserção.<sup>158</sup>

A distribuição era feita aos ministros do Supremo Tribunal Federal e o julgamento era realizado pelo Plenário desta Corte, em Sessão de Conselho, em votação secreta, não havendo vista dos autos e sendo irrecorrível a decisão. A petição era considerada inepta quando o arguente não demonstrava de maneira cabal a relevância da questão federal, ou quando faltavam peças obrigatórias para a sua formação.<sup>159</sup>

Logo, a decisão podia ser de três formas: a) acolhimento da Arguição de Relevância, se nesse sentido manifestarem quatro ou mais ministros, resultando na subida para a Turma; b) rejeição se não fosse alcançado o *quorum* mínimo regimental, resultando no trânsito em julgado definitivo; e, c) não conhecimento quando a questão, embora relevante, tem a

---

§ 1º Apreciada a arguição de relevância no traslado do agravo, mandar-se-á processar, se acolhida, o recurso extraordinário, ficando prejudicado o agravo; se rejeitada, este será distribuído e julgado.

§ 2º Apreciada a arguição de relevância em instrumento próprio, mandar-se-á processar, se acolhida, o recurso extraordinário; se rejeitada, retornará o traslado ao Tribunal de origem. Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal – 15 de outubro de 1980. Disponível em: [http://www.dji.com.br/normas\\_inferiores/regimento\\_interno\\_e\\_sumula\\_stf/ristf\\_\\_0321a0329.htm#Art. 328](http://www.dji.com.br/normas_inferiores/regimento_interno_e_sumula_stf/ristf__0321a0329.htm#Art. 328). Acesso em: 11 set. de 2014.

<sup>156</sup> MONTEIRO, Samuel. *Recurso Extraordinário e Arguição de Relevância*: com a emenda regimental n. 02/85. 1. ed. São Paulo: Hemus editora limitada, 1987. p. 150.

<sup>157</sup> LAMY, Eduardo de Avelar. *Repercussão Geral no recurso extraordinário: a volta da arguição de relevância?*. Disponível em: <<http://www.esmesc.com.br/upload/arquivos/1-1246647280.PDF>>. Acesso em: 11 set. 2014.

<sup>158</sup> MONTEIRO, Samuel. *Recurso Extraordinário e Arguição de Relevância*: com a emenda regimental n. 02/85. 1. ed. São Paulo: Hemus editora limitada, 1987. p. 150.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 151.

petição deficientemente instruída e mal fundamentada, ou a questão não é relevante. Neste último caso a decisão também transitava em julgado.<sup>160</sup>

#### **4.2.1 Confronto entre a repercussão geral e a arguição de relevância**

O parágrafo 3º do artigo 102 da Constituição Federal de 1988 dispõe que o recorrente deverá demonstrar a “repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei”. Alguns doutrinadores, como Luiz Guilherme Marinoni, afirmam que algo não muito distinto à repercussão geral já aconteceu no direito brasileiro, quando o próprio Supremo Tribunal Federal, em seu regimento interno de 1980, definiu a chamada “arguição de relevância da questão federal”.<sup>161</sup>

Após o conhecimento dos conceitos de ambos os institutos, convém elencar algumas diferenças. Primeiramente, a arguição de relevância estava disposta no artigo 308 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal de 1980. Vale destacar que na época as atribuições deste tribunal eram maiores, pois este era responsável tanto pela guarda da Constituição como da lei federal. Dessa forma, denomina-se “Arguição da relevância da questão federal”. Por sua vez, é diferente da repercussão geral, visto que esta somente se refere às questões constitucionais, dada a atual configuração do recurso extraordinário.<sup>162</sup>

Outro aspecto é quanto ao quórum para o seu acolhimento ou não. Antigamente, para que a arguição da questão federal fosse aceita pelo Supremo Tribunal Federal, era necessário o voto de pelo menos quatro

---

<sup>160</sup> MONTEIRO, Samuel. *Recurso Extraordinário e Arguição de Relevância*: com a emenda regimental n. 02/85. 1. ed. São Paulo: Hemus editora limitada, 1987. p. 154.

<sup>161</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 568.

<sup>162</sup> MELO, Vitor Tadeu Carramão. *A repercussão geral e a arguição de relevância: uma análise histórica*. General Repercussion and Relevance Allegation: Na Historical Analysis. Disponível em: <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/revista-pgfn/ano-i-numero-ii-2011/013.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2014.



ministros<sup>163</sup>. Por outro lado, com a repercussão geral, é preciso o voto de pelo menos dois terços dos ministros integrantes do tribunal. Como são onze ministros, são necessários que oito deles votem no sentido de a matéria não possuir a relevância do ponto de vista constitucional, para, com isso, o recurso extraordinário não ser conhecido.<sup>164</sup> Note que a arguição era direcionada para a admissibilidade do recurso, ao contrário da repercussão, que é voltada para o não conhecimento.<sup>165</sup>

Outrora, diversamente do que ocorria com a extinta arguição de relevância, a sistemática legal vigente impõe que a existência da repercussão geral seja analisada após a verificação dos outros requisitos de admissibilidade, tais como preparo e tempestividade.<sup>166</sup>

Por fim, o procedimento também deve ser analisado. O julgamento da arguição de relevância era feito em sessão do Conselho, ou seja, de forma secreta e reservada, não precisando ser fundamentada e era irrecurável.<sup>167</sup> Todavia, na repercussão geral, diante dos princípios constitucionais da motivação e da publicidade,<sup>168</sup> a sessão será pública e ao recorrente não se negará a possibilidade de saber o motivo pelo qual a sua insurgência não foi admitida.<sup>169</sup>

<sup>163</sup> Tal quorum está disposto no artigo 328, §5, VII do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal de 1980.

<sup>164</sup> BERALDO, Leonardo de Faria. *A arguição de relevância da questão constitucional no recurso extraordinário sob o prisma da EC n. 45/2004*. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2012/08/PDF-D11-11.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2014.

<sup>165</sup> LOURENÇO, Haroldo. *Manual de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 611.

<sup>166</sup> ALVIM, Arruda. *Manual de direito processual civil*. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 245.

<sup>167</sup> BERALDO, Leonardo de Faria. *A arguição de relevância da questão constitucional no recurso extraordinário sob o prisma da EC n. 45/2004*. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2012/08/PDF-D11-11.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2014.

<sup>168</sup> O inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre o princípio da publicidade e da motivação, onde afirma que: “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”.

<sup>169</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 568.

Sobre esta última distinção, deve-se notar que o período histórico desses procedimentos não é semelhante. A arguição de relevância foi estabelecido em período de fiel comprometimento com os ideais do governo militar, o qual exerceu forte influência sob aspectos morais e políticos. Por outro lado, a repercussão geral foi constituída na época da democracia, estabelecendo um novo paradigma de direito e de Estado<sup>170</sup>.

#### **4.3 Proposta de Emenda Constitucional n. 209/2012: a demonstração da relevância como requisito de admissibilidade do recurso especial**

A Proposta de Emenda à Constituição n. 209 de 2012 foi instituída pelo pleno do Superior Tribunal de Justiça, na sessão do dia 5 março de 2012, sendo então, encaminhada ao Congresso Nacional.<sup>171</sup> Nela, é proposta a instituição de um filtro para o recurso especial, mais precisamente a “repercussão geral da questão federal”. Em 13 de maio de 2014, foi aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados.<sup>172</sup>

Na Câmara dos Deputados foi apresentada pela deputada Rose de Freitas e pelo deputado Luiz Pitiman, onde propõem a inserção do parágrafo primeiro ao artigo 105 da Constituição Federal, a renumeração do parágrafo único do mesmo artigo e a instituição da repercussão geral no recurso especial.<sup>173</sup>

---

<sup>170</sup> PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Direito processual civil contemporâneo: teoria geral do processo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 626.

<sup>171</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Felix Fisher: filtro para recursos vai melhorar serviço prestado pelo STJ, sem prejudicar as partes*. Disponível em: <[http://stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=107110](http://stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=107110)>. Acesso em: 16 set. 2014.

<sup>172</sup> COMISSÃO aprova restrições para recursos especiais no STJ. Disponível em: <<http://jornal.jurid.com.br/materias/noticias/comissao-aprova-restricoes-para-recursos-especiais-no-stj>>. Acesso em: 16 set. 2014.

<sup>173</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Proposta de emenda à Constituição n° 209 de 2012*. Insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1020915&filena me=PEC+209/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1020915&filena me=PEC+209/2012)>. Acesso em: 16 set. 2014.

Eis o texto da proposta de emenda:<sup>174</sup>

Art. 1º Insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, renumerando o parágrafo único, da mesma norma constitucional, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105 .....

§ 1º No recurso especial, o recorrente deverá demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços dos membros do órgão competente para o julgamento.

§ 2º Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça:

.....

Segundo os próprios autores da PEC, além do objetivo de diminuir o número de processos no tribunal, tem também como finalidade o impedimento de processos com assuntos corriqueiros, tal como multa de trânsito, cortes no fornecimento de energia elétrica, água e outros, que devem ser esgotados nos tribunais originários.<sup>175</sup>

Assim, seu objetivo é fazer com que a parte que pretenda recorrer ao Superior Tribunal de Justiça demonstre a importância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso,<sup>176</sup> reduzindo o número de recursos especiais, de forma a possibilitar o atendimento da celeridade dos processos de competência desta Corte.<sup>177</sup>

Consoante artigo 60 da Constituição Federal, a proposta de emenda à Constituição é discutida e votada em dois turnos, em cada Casa do

<sup>174</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Proposta de emenda à Constituição nº 209 de 2012*. Insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1020915&filena me=PEC+209/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1020915&filena me=PEC+209/2012)>. Acesso em: 16 set. 2014.

<sup>175</sup> Ibidem. Acesso em: 17 set. 2014.

<sup>176</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Felix Fisher: filtro para recursos vai melhorar serviço prestado pelo STJ, sem prejudicar as partes*. Disponível em: <[http://stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=107110](http://stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=107110)>. Acesso em: 16 set. 2014.

<sup>177</sup> TOFFOLI, Vitor. *A proposta de emenda à constituição nº 209/2012 (Câmara dos Deputados) que institui a repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso especial: mais um instrumento para efetivação do acesso à justiça?* The proposed constitutional amendment nº 209, 2012 (Brazil, house of representatives) establishing the general repercussion as admissibility requirement in the special appeal: Will it makes Access to justice easier? Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=887caadc3642e304>>. Acesso em: 16 set. 2014. p. 10.

Congresso Nacional, e será aprovada se obtiver, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, três quintos dos votos dos deputados (308 votos) e dos senadores (49 votos).<sup>178</sup>

De acordo com as informações prestadas no sítio do Congresso Nacional, a proposta de emenda à constituição em questão foi aprovada pela Comissão da Câmara dos Deputados em 13 de maio de 2014.<sup>179</sup> Por ora, não foi apreciada pelo Plenário nos dias 2 e 3 de setembro, por falta de *quorum*, ocorrendo a obstrução.<sup>180</sup>

#### **4.3.1 Críticas à adoção da demonstração da relevância no recurso especial**

Com a divulgação da proposta de emenda à constituição que, se aprovada, poderá mudar o disposto na Constituição Federal, adicionando um novo requisito de admissibilidade ao recurso especial, surgiram várias opiniões favoráveis e contrárias a esta aprovação.

Em grande maioria, as manifestações contrárias partiram da própria Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Estes, em suma, acreditam que tal instituto de admissibilidade ferirá a ampla defesa e o acesso à justiça, os quais são garantias fundamentais impostas pela Constituição Federal.

Logo após a entrega da proposta de emenda à constituição ao Congresso Nacional, a Ordem dos Advogados do Brasil pronunciou sobre o tema. Foi instaurada comissão com a Proposição de n. 49.0000.2012.009403-3/COP (cujo texto encontra-se em anexo no presente trabalho) no Conselho

---

<sup>178</sup> SENADO FEDERAL. *Emenda Constitucional*. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/glossario-legislativo/emenda-constitucional>>. Acesso em: 19 set. 2014.

<sup>179</sup> Tramitação disponível no sítio do Congresso Nacional. A pauta está disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/ordemdodia/ordemDetalheReuniaoCom.asp?codReuniao=36090>>. Acesso em: 19 set. de 2014.

<sup>180</sup> Informações contidas no portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=553947>>. Acesso em: 19 set. 2014.

Federal desta Ordem.<sup>181</sup> Na época, o então presidente, Ophir Cavalcante, expressou o seu desejo de rejeição integral da proposta, afirmando que “A OAB tem máximo respeito pelo Superior Tribunal de Justiça, entretanto, há posicionamentos institucionais e, sobretudo, de defesa da advocacia e da sociedade que são cláusulas pétreas dentro de nossa instituição”<sup>182</sup> e “O direito da parte de ajuizar um recurso não pode ficar prejudicado em razão do volume de processos existente no Superior Tribunal de Justiça”.<sup>183</sup>

O acesso à justiça é uma cláusula pétrea expressa na Constituição Brasileira em seu artigo 5º XXXV: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. A este assunto, cabe transcrever o ensinamento do jurista italiano, Mauro Capelletti:<sup>184</sup> “O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental - o mais básico dos direitos humanos - de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretende garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos”.

Paulo Roberto de Gouveia Medina, conselheiro federal da Segunda Câmara e Segunda Turma da Segunda Câmara da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais, classificou essa proposta como um “golpe na Federação”. Sustentou ainda que “A criação do Superior Tribunal de Justiça haveria de representar forma de ampliar – jamais de restringir – a tutela

<sup>181</sup> Proposição n. 49.0000.2012.009403-3/COP; Origem: Presidência do Conselho Federal da OAB; Assunto: Proposta de Emenda à Constituição n. 209/ 2012. Requisitos de admissibilidade ao Recurso Especial. STJ; Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). Disponível em: <file:///D:/Documents/Direito/Mono%20III/posi%C3%A7%C3%A3o%20da%20OAB%20sobre%20a%20PEC.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.

<sup>182</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *OAB quer rejeição integral da PEC 209/12, que limita recurso especial*. Disponível em: <[http://www.oab.org.br/noticia/24789/oab-quer-rejeicao-integral-da-pec-209-12-que-limita-recurso-especial?argumentoPesquisa=formsof\(inflectional,%20%22repercussao%22\)%20and%20formsof\(inflectional,%20%22geral%22\)>](http://www.oab.org.br/noticia/24789/oab-quer-rejeicao-integral-da-pec-209-12-que-limita-recurso-especial?argumentoPesquisa=formsof(inflectional,%20%22repercussao%22)%20and%20formsof(inflectional,%20%22geral%22)>)>. Acesso em: 19 set. 2014.

<sup>183</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *OAB Nacional é contrária à adoção da repercussão geral pelo STJ*. Disponível em: <[http://www.oab.org.br/noticia/23562/oab-nacional-e-contraria-a-adocao-da-repercussao-geral-pelo-stj?argumentoPesquisa=formsof\(inflectional,%20%22repercussao%22\)%20and%20formsof\(inflectional,%20%22geral%22\)>](http://www.oab.org.br/noticia/23562/oab-nacional-e-contraria-a-adocao-da-repercussao-geral-pelo-stj?argumentoPesquisa=formsof(inflectional,%20%22repercussao%22)%20and%20formsof(inflectional,%20%22geral%22)>)>. Acesso em: 19 set. 2014.

<sup>184</sup> CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bry Ant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. Disponível em: <[http://www.academia.edu/6522484/MAURO\\_CAPPELLETTI\\_ACESSO\\_A\\_JUSTICA](http://www.academia.edu/6522484/MAURO_CAPPELLETTI_ACESSO_A_JUSTICA)>. Acesso em: 19 set. 2014. p. 05.

jurisdicional, com vistas à preservação da unidade do direito federal. O que se pretende com essa PEC é exatamente o contrário”.<sup>185</sup>

São inúmeras críticas sobre esse assunto. Para Eduardo Seabra Fagundes, ex-presidente da Ordem, caso a proposta seja aprovada, o principal prejudicado será o cidadão, que terá o seu direito de defesa restringido. Assim, afirma “Mais do que um atentado à nossa atuação como advogado, essa PEC é um atentado à cidadania, é o cidadão que vai ficar sem possibilidade de obter a verdadeira justiça”. Juntamente, o também ex-presidente desta autarquia, Reginaldo Oscar de Castro afirmou que “Querem amordaçar o STJ e impedir que o tribunal continue cumprindo a finalidade de sua instituição”<sup>186</sup>

O conselheiro federal do Paraná Ariel Dotti sustentou que “Nós precisamos dizer à sociedade que nós a representamos e que somos vítimas de uma parte pequena e nefasta da magistratura. As garantias individuais estão sendo tolhidas mais do que na época da ditadura”. Ulisses César Martins de Sousa, conselheiro federal do Maranhão, complementou “O discurso que se vende na mídia é que os advogados e os recursos são os grandes culpados pela morosidade da Justiça, o que não é verdade”.<sup>187</sup>

O atual presidente da Ordem, Marcus Vinicius Furtado, também apresentou sua posição contrária, ao afirmar que “Não se pode tentar resolver o problema da morosidade da Justiça com ferimento à cláusula pétrea constitucional que assegura o direito à ampla defesa e aos recursos”.<sup>188</sup>

---

<sup>185</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *OAB quer rejeição integral da PEC 209/12, que limita recurso especial*. Disponível em: <[http://www.oab.org.br/noticia/24789/oab-quer-rejeicao-integral-da-pec-209-12-que-limita-recurso-especial?argumentoPesquisa=formsof\(inflectional,%20%22repercussao%22\)%20and%20formsof\(inflectional,%20%22geral%22\)>](http://www.oab.org.br/noticia/24789/oab-quer-rejeicao-integral-da-pec-209-12-que-limita-recurso-especial?argumentoPesquisa=formsof(inflectional,%20%22repercussao%22)%20and%20formsof(inflectional,%20%22geral%22)>)>. Acesso em: 19 set. 2014.

<sup>186</sup> Ibidem.

<sup>187</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *OAB quer rejeição integral da PEC 209/12, que limita recurso especial*. Disponível em: <[http://www.oab.org.br/noticia/24789/oab-quer-rejeicao-integral-da-pec-209-12-que-limita-recurso-especial?argumentoPesquisa=formsof\(inflectional,%20%22repercussao%22\)%20and%20formsof\(inflectional,%20%22geral%22\)>](http://www.oab.org.br/noticia/24789/oab-quer-rejeicao-integral-da-pec-209-12-que-limita-recurso-especial?argumentoPesquisa=formsof(inflectional,%20%22repercussao%22)%20and%20formsof(inflectional,%20%22geral%22)>)>. Acesso em: 19 set. 2014.

<sup>188</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Senado atende OAB e realiza audiência sobre PEC dos Recursos*. Disponível em: <[http://www.oab.org.br/noticia/25872/senado-atende-oab-e-realiza-audiencia-sobre-pec-dos-recursos?argumentoPesquisa=formsof\(inflectional,%20%22repercussao%22\)%20and%20formsof\(inflectional,%20%22geral%22\)>](http://www.oab.org.br/noticia/25872/senado-atende-oab-e-realiza-audiencia-sobre-pec-dos-recursos?argumentoPesquisa=formsof(inflectional,%20%22repercussao%22)%20and%20formsof(inflectional,%20%22geral%22)>)>. Acesso em: 19 set. 2014.

Além dos integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil, vários doutrinadores também possuem o mesmo posicionamento. Segundo Marinoni e Mitidiero, repercussão geral deve ser composta pela soma dos elementos relevância e transcendência. “A relevância está coligada aos pontos políticos, econômicos, social e jurídico; a transcendência está ligada ao poder de transcender além dos interesses subjetivos das partes na causa”.<sup>189</sup> Daí surge a dúvida do conceito de “relevância”.

Desde a época da instituição da arguição de relevância, não havia um conceito do que seria “relevante”. Assim, o parágrafo 1º do artigo 327 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal de 1980 dispôs:

“Entende-se relevante a questão federal que, pelos seus reflexos na ordem jurídica, e considerando os aspectos morais, econômicos, políticos ou sociais da causa, exigir a apreciação do recurso extraordinário pelo Tribunal”.<sup>190</sup>

O que é relevante para uma pessoa, pode não ser para outra. Isso acaba por ferir a segurança jurídica dos recorrentes. Ter que demonstrar algo, sem ao menos saber o que seja, acaba desgastando as partes do processo.

Tendo em vista que deve haver certa mutabilidade do que seja relevante, não seria conveniente que a dispusessem em lei. Pois, caso contrário, haveria a necessidade de mudar constantemente a norma, para que esta se adaptasse ao caso concreto. Ou, então, obrigaria o Supremo Tribunal Federal a constantes modificações regimentais, o que é altamente inconveniente, pois se espera que as leis sejam estáveis. Não se deve ser objeto de lei, aquilo que, a priori, se sabe ser mutável e variável, a todo instante.<sup>191</sup>

Para tentar resolver esta questão, é da opinião de Arruda Alvim que, deveria ou deve ser feita uma classificação, tendo em vista os resultados concretos já obtidos pela aplicação do conceito vago, indeterminado ou

---

<sup>189</sup> PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Direito processual civil contemporâneo: teoria geral do processo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 626.

<sup>190</sup> MONTEIRO, Samuel. *Recurso Extraordinário e Arguição de Relevância: com a emenda regimental n. 02/85*. 1. ed. São Paulo: Hemus editora limitada, 1987. p. 152.

<sup>191</sup> ALVIM, Arruda. *A arguição de relevância no recurso extraordinário*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 167.

aberto<sup>192</sup>. Assim, ter-se-á, senão uma definição, ao menos um traçado de perfil do instituto. Afirmo que “se não há uma definição no plano da linguística, há “definição” habilitante à cognição do objeto e das regras para a sua compreensão.”<sup>193</sup>

Ainda sobre o conceito vago da repercussão geral, Paulo Medina argumenta que:

“A PEC 209/12 ressuscita o velho instituto da arguição de relevância da questão federal, a partir da noção adrede fixada de que, como tal, haver-se-á de considerar a questão que apresente repercussão geral”.<sup>194</sup> Luiz Guilherme Marinoni, vai além ao afirmar que “acredita que os mesmos problemas antes enfrentados com a questão da arguição de relevância serão sentidos com a da repercussão geral, notadamente em razão do caráter aberto dos parâmetros utilizados para a sua conceituação.”<sup>195</sup>

Logo, verifica-se a necessidade de a doutrina e o Supremo Tribunal Federal realizar parâmetros para identificar o que seja relevante no sistema jurídico brasileiro. Para assim, sugerir a aplicação no Superior Tribunal de Justiça.

Outro aspecto levantado é sobre o procedimento da repercussão geral na Suprema Corte. O Código de Processo Civil dispõe em seu parágrafo 1º do artigo 543-B, que competirá ao Tribunal de origem selecionar alguns feitos, representativos da questão constitucional de repercussão geral, para encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal<sup>196</sup>, mantendo os demais em sua guarda até a deliberação desta Corte Constitucional.

<sup>192</sup> ALVIM, Arruda. *Manual de direito processual civil*. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 244.

<sup>193</sup> ALVIM, Arruda. *A arguição de relevância no recurso extraordinário*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 166 e 167.

<sup>194</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *OAB quer rejeição integral da PEC 209/12, que limita recurso especial*. Disponível em: <[http://www.oab.org.br/noticia/24789/oab-quer-rejeicao-integral-da-pec-209-12-que-limita-recurso-especial?argumentoPesquisa=formsof\(inflectional,%20%22repercussao%22\)%20and%20formsof\(inflectional,%20%22geral%22\)>](http://www.oab.org.br/noticia/24789/oab-quer-rejeicao-integral-da-pec-209-12-que-limita-recurso-especial?argumentoPesquisa=formsof(inflectional,%20%22repercussao%22)%20and%20formsof(inflectional,%20%22geral%22)>)>. Acesso em: 19 set. 2014.

<sup>195</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 568.

<sup>196</sup> ALVIM, Arruda. *Manual de direito processual civil*. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 251.



Infelizmente, não há critérios fixados para que o tribunal escolha os feitos representativos da polêmica. Espera-se que os tribunais locais sejam criteriosos nessa avaliação para não enviar recursos de má qualidade ou incompletos para serem analisados.<sup>197</sup>

A lei não resolve também a possibilidade de a mesma questão ser apontada, simultaneamente, em vários tribunais locais. Nesta situação, qual deles deve encaminhar os “casos paradigmas” ao Tribunal Superior? Quantos serão os feitos a serem enviados? Deve-se aguardar a formação de um considerável número de feitos versando sobre o mesmo tema? Todas essas questões são de suma importância, e só serão resolvidos ante o uso concreto da medida em estudo.<sup>198</sup>

José Miguel Garcia Medina acredita que:

A falta de critérios claros na lei para o uso repercussão geral, aliada ao entusiasmo exagerado com que dela se fez uso, fez com que se chegasse a situações insustentáveis. O que fazer, por exemplo, quando, após se decidir que a lei deve ser interpretada neste ou naquele sentido, pouco tempo depois os membros do tribunal mudam de opinião? Como se corrigir o erro, em relação aos recursos que outrora se encontram sobrestados e foram decididos com base no sentido que, antes, se considerava correto?<sup>199</sup>

Logo, sem saber as respostas a esses questionamentos, é razoável ambicionar a implementação deste mesmo instituto ao Superior Tribunal de Justiça? Conclui-se que seja cabível o estudo mais aprofundado deste desígnio, para então cogitar a sua eficácia no Tribunal da cidadania.

Técnicas como estas, os quais podem gerar grandes impactos, não podem ser usadas apenas para eliminar quantidades elevadas de processos. É inconcebível a defesa de que os ministros do Superior Tribunal de Justiça

<sup>197</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 570.

<sup>198</sup> Ibidem. p. 570.

<sup>199</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. *Justiça não pode ser medida apenas em números*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-set-16/processo-justica-nao-medida- apenas-numeros>>. Acesso em: 16 set. 2014.

profiram decisões quaisquer, apenas para resolver, desde logo, uma série de processos. A Justiça não pode ser medida apenas em números.<sup>200</sup>

É praticamente unânime a conclusão de que os que concordam com a aprovação dessa proposta estão mais preocupados em “frear” a quantidade de recurso ao Superior Tribunal de Justiça do que com a qualidade das decisões. Para Ophir Cavalcante, seria preferível que a Corte ampliasse o numero de integrantes a optar por reduzir as possibilidades recursais.<sup>201</sup>

Em abril de 2013, Claudio Lamachia, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil em exercício aquela data, afirmou que:

“Hoje é fato que a capacidade instalada do Poder Judiciário não dá conta da demanda, mas não iremos resolver esse problema simplesmente reduzindo recursos ou criando óbices processuais para apreciá-los. Pelo contrário, isso só tende a agravar. É preciso, antes de mais nada, equipar melhor o Poder Judiciário, jamais deixar de prestar seus serviços”.<sup>202</sup>

Assim, com todos os argumentos dos membros da Ordem dos Advogados do Brasil e de alguns doutrinadores, viu-se a necessidade de analisar melhor a repercussão geral no recurso extraordinário, para só então, pensar em aplica-lo ao Superior Tribunal de Justiça ou a qualquer outro tribunal superior.

---

<sup>200</sup> MEDINA, José Miguel Garcia. *Justiça não pode ser medida apenas em números*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-set-16/processo-justica-nao-medida- apenas-numeros>>. Acesso em: 16 set. 2014.

<sup>201</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *OAB Nacional é contrária à adoção da repercussão geral pelo STJ*. Disponível em: <[http://www.oab.org.br/noticia/23562/oab-nacional-e-contraria-a-adocao-da-repercussao-geral-pelo-stj?argumentoPesquisa=formsof\(inflectional,%20%22repercussao%22\)%20and%20formsof\(inflectional,%20%22geral%22\)>](http://www.oab.org.br/noticia/23562/oab-nacional-e-contraria-a-adocao-da-repercussao-geral-pelo-stj?argumentoPesquisa=formsof(inflectional,%20%22repercussao%22)%20and%20formsof(inflectional,%20%22geral%22)>)>. Acesso em: 19 set. 2014.

<sup>202</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *OAB critica PEC de recursos no STJ e alerta para problemas na Justiça*. Disponível em: <[http://www.oab.org.br/noticia/25368/oab-critica-pec-de-recursos-no-stj-e-alerta-para-problemas-na-justica?argumentoPesquisa=formsof\(inflectional,%20%22209%22\)>](http://www.oab.org.br/noticia/25368/oab-critica-pec-de-recursos-no-stj-e-alerta-para-problemas-na-justica?argumentoPesquisa=formsof(inflectional,%20%22209%22)>)>. Acesso em: 19 set. 2014.

#### 4.4 Expectativas que se podem formar em torno da posituação do instituto

Conforme entendimento de Vitor Toffoli, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 209 de 2012 é praticamente certa, pois o Superior Tribunal de Justiça segue uma tendência de copiar e adaptar institutos adotados e utilizados pela Suprema Corte. Um exemplo é o caso do processamento dos recursos repetitivos, cujo sistema foi implantado para o recurso extraordinário em Dezembro de 2006, por meio da lei nº 11.418 e foi ajustado e seguido pelo recurso especial em Maio de 2008, através da lei nº 11.672.<sup>203</sup>

Em razão disto, acaba gerando várias expectativas quanto aos efeitos a serem produzidos com a aprovação da proposta, principalmente dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, que são os que mais aprovam a proposta de mudança no recurso especial.

Para o ministro Pargendler, a ideia é “retirar-lhes a característica de mero instrumento de revisão de causa em terceira instância, realçando, com isso, a função constitucional do Superior Tribunal de Justiça, que é uniformizar a interpretação das leis federais”.<sup>204</sup>

Já o ministro Teori Albino Zavascki afirmou que o mecanismo tem dado ótimos resultados no Supremo Tribunal Federal:

“Este tribunal está conseguindo evitar a reiteração de julgamentos sobre a mesma questão. Ele julga uma vez no regime da repercussão geral e aquilo vale para todos os outros casos. [...] Trata-se de uma seleção qualitativa, o que tem um efeito imediato do ponto de vista prático”.

<sup>203</sup> TOFFOLI, Vitor. *A proposta de emenda à constituição nº 209/2012 (Câmara dos Deputados) que institui a repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso especial: mais um instrumento para efetivação do acesso à justiça?* The proposed constitutional amendment nº 209, 2012 (Brazil, house of representatives) establishing the general repercussion as admissibility requirement in the special appeal: Will it makes Access to justice easier? Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=887caadc3642e304>>. Acesso em: 16 set. 2014. p. 10.

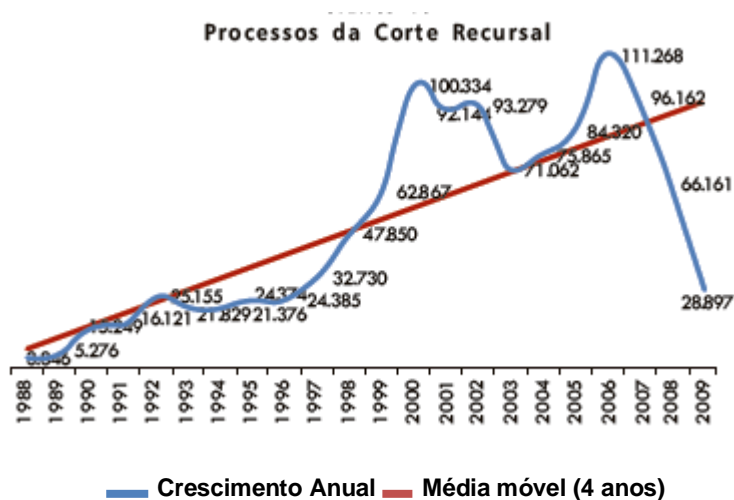
<sup>204</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Proposta criação da repercussão geral para o STJ*. Disponível em: <<http://www.oabdf.org.br/noticias/proposta-criacao-da-repercussao-geral-para-o-stj/#.VBv8NMVdWug>>. Acesso em: 19 set. 2014.

Dispõe também que outra consequência, será a possibilidade de dedicação do Superior Tribunal de Justiça a questões mais fundamentais.<sup>205</sup>

O ministro Sérgio Kukina concorda com a proposta ao afirmar “O mecanismo é importante, inclusive, para melhorar a autoestima dos tribunais estaduais e federais”. Todavia, também defende no aumento de assessores nos gabinetes para melhorar a vazão da prestação jurisdicional.<sup>206</sup>

Todavia, a implementação deste instituto não parece tão favorável como está sendo anunciada pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça. A uma primeira vista, conclui-se que para o Supremo Tribunal Federal, a implementação da repercussão geral proporcionou consequências positivas para seus membros. Primeiramente, o número de processos foi reduzido, fazendo com que os Ministros deixem de julgar casos repetidos. Estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas demonstram essa afirmação:

GRÁFICO 1 - Processos que chegam ao Supremo Tribunal Federal



Fonte: <http://supremoemnumeros.fgv.br/relatorios/relatorio-1-o-multiplo-supremo.html>

<sup>205</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Proposta criação da repercussão geral para o STJ*. Disponível em: <<http://www.oabdf.org.br/noticias/proposta-criacao-da-repercussao-geral-para-o-stj/#.VBv8NMVdWug>>. Acesso em: 19 set. 2014.

<sup>206</sup> POMBO, Bárbara. *Novo ministro do STJ defende repercussão geral para a corte*. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2998130/novo-ministro-do-stj-defende-repercussao-geral-para-corte>>. Acesso em: 19 set. 2014.

Percebe-se, com o gráfico apresentado, que a partir de 2007 houve uma impetuosa queda no total de processos na Suprema Corte, devido à implementação da repercussão geral e da súmula vinculante, criadas pela Emenda Constitucional número 45 de 2004.<sup>207</sup>

A partir desses dados, os doutrinadores concluem que esses mecanismos de filtragem favoreceu a Corte, pois o número de processos foi reduzido, fazendo com que os Ministros deixem de julgar casos repetitivos e dediquem mais tempo na análise e julgamento de recursos extraordinário que discutem questões constitucionais e vão além das pretensões das partes, interessando toda a sociedade.

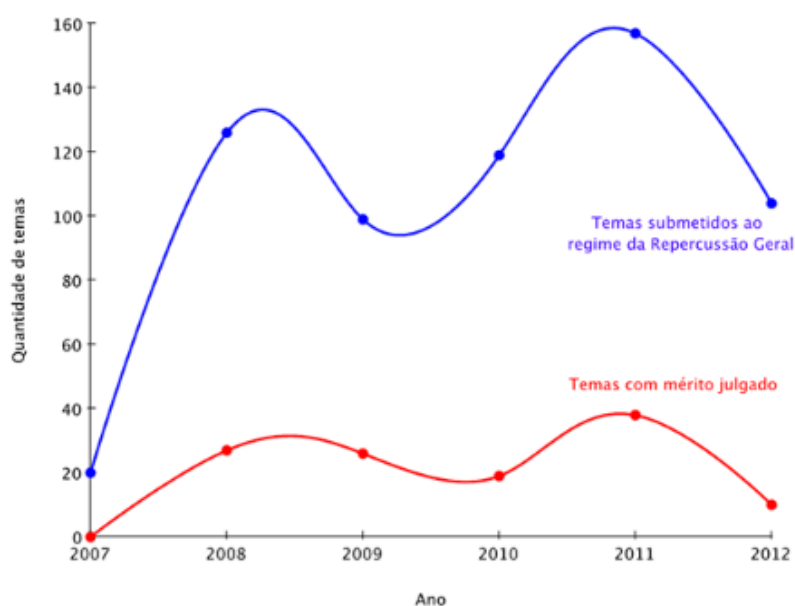
Todavia, estudos mais complexos disponibilizaram resultados contrários. Dados retirados do sítio do Supremo Tribunal Federal mostraram uma grande diferença entre o número de temas que foram submetidos à análise da repercussão geral e a quantidade de temas que efetivamente tiveram julgamento de mérito, após reconhecimento da repercussão geral.<sup>208</sup>

---

<sup>207</sup> FALCÃO, Joaquim. *I Relatório Supremo em Números: O Múltiplo Supremo*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2011. Disponível em: <<http://supremoemnumeros.fgv.br/relatorios/relatorio-1-o-multiplo-supremo.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

<sup>208</sup> ALMEIDA, Fábio. *O mito da repercussão geral: quando a busca pela eficiência paralisa o Poder Judiciário*. 2013. Disponível em: <<http://www.criticaconstitucional.com/o-mito-da-repercussao-geral-quando-a-busca-pela-eficiencia-paralisa-o-poder-judiciario/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

GRÁFICO 2 – Temas submetidos à Repercussão Geral e os temas com mérito julgado



Fonte: <http://www.criticaconstitucional.com/o-mito-da-repercussao-geral-quando-a-busca-pela-eficiencia-paralisa-o-poder-judiciario/>

Do gráfico<sup>209</sup>, é possível observar uma grande diferença entre a quantidade de processos submetidos à repercussão geral e os que tiveram o tema com mérito julgado. Todavia, com o passar do tempo, essa divergência não diminuiu. Dados retirados do portal do Supremo Tribunal Federal informaram que até 20 de setembro de 2014 havia 201 temas com Repercussão Geral reconhecida e com mérito julgado, porém, havia 328 temas com Repercussão Geral reconhecida e com mérito pendente de julgamento.

Assim, conclui-se que há uma demora do Supremo Tribunal para julgar os processos. Enquanto o tema, não é julgado, estes processos ficam sobrestados nos tribunais de origem. Gerando outro problema, que é a superlotação de processos sobrestados nos tribunais *a quo*. Há uma redução na Suprema Corte, porém, há um acúmulo nos tribunais de primeira instância.

O sítio da Suprema Corte informa que até a data de atualização de 08 de maio de 2014, há aproximadamente um montante de 691.690 processos

<sup>209</sup> SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA. *Estatística e relatórios*. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=listas\\_rg](http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=listas_rg)>. Acesso em: 23 set. 2014.

sobrestados nos tribunais de origem em razão da Repercussão Geral.<sup>210</sup> Todavia, em 05 de setembro de 2012, este tribunal já havia disponibilizado uma planilha com a quantidade na mesma situação, e nele é possível extrair a quantidade de processos sobrestados aquela época, que é de 177.616 processos.<sup>211</sup>

Note que em pouco mais de dois anos, a quantidade de processos sobrestados aguardando julgamento do Supremo Tribunal Federal mais que triplicou. Gerando na falta de espaço físico para armazenar esses autos.

Em setembro de 2012 o Supremo Tribunal Federal disponibilizou uma tabela informando as principais dificuldades enfrentadas pelos tribunais de origem com o uso do instituto da repercussão geral.<sup>212</sup> Foram expostos 42 obstáculos. Entre elas está a ausência de espaço físico, a falta de pessoal para gerenciar os processos, a carência em regulamentação interna sobre a repercussão geral, entre outros.<sup>213</sup>

Assim, nota-se que os resultados da aplicação da repercussão geral na Suprema Corte não estão sendo como o esperado. Há diversos problemas que devem ser solucionados, antes de cogitar na instituição deste mesmo instituto no Superior Tribunal de Justiça. Aplica-lo, sem estudar essas dificuldades, resultará em problemas graves para o futuro do Poder Judiciário.

---

<sup>210</sup> BRASÍLIA. Assessoria de Gestão Estratégica. Supremo Tribunal Federal. *Estatísticas e relatórios: Processos sobrestados em razão da repercussão geral*, 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=sobrestadosrg>>. Acesso em: 23 set. 2014.

<sup>211</sup> BRASÍLIA. Assessoria de Gestão Estratégica. Supremo Tribunal Federal. *II Seminário repercussão geral em evolução*. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaRepercussaoGeralRelatorio/anexo/Resultados\\_apresentados.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaRepercussaoGeralRelatorio/anexo/Resultados_apresentados.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2014.

<sup>212</sup> Ibidem.

<sup>213</sup> O inteiro teor dessas dificuldades expostas pelo Supremo Tribunal Federal está disponibilizado no anexo deste trabalho.

## CONCLUSÃO

Verificou-se, com o presente trabalho, que a crescente quantidade de processos constatada no passado ocasionou a crise do Supremo Tribunal Federal, havendo a necessidade de medidas voltadas à solução do problema. A primeira dessas medidas consistiu na instituição do Superior Tribunal de Justiça, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Anos após, a Emenda Constitucional n. 45, de 2004, promoveu a intitulada “Reforma do Judiciário”, a qual, entre várias alterações, passou a exigir a demonstração da relevância da questão discutida na petição de recurso extraordinário.

Imposta a necessidade da demonstração da relevância da questão constitucional pela referida Emenda, constatou-se que, de fato, a quantidade de recursos extraordinários para a Suprema Corte foi reduzida. Assim, em março de 2012, a comissão plena do Superior Tribunal de Justiça, visando à redução dos recursos especiais, deu início aos procedimentos necessários à proposta de emenda à Constituição, pela qual tornasse necessária a demonstração da repercussão geral no recurso especial, à semelhança do modelo adotado pelo Supremo Tribunal Federal.

Como a proposta sugere a aplicação da repercussão geral no recurso especial, sendo utilizados os mesmos padrões realizados no recurso extraordinário, deste trabalho consta um estudo comparativo entre os tribunais e recursos envolvidos, amparado na pesquisa detalhada dos resultados positivos e negativos da aplicação desse instituto no recurso extraordinário propriamente dito.

O tema é polêmico, relevante e atual, pois as consequências – da aprovação da proposta de emenda constitucional –, em tese, proporcionará implicações no andamento dos processos, com sinais de prejuízo aos atores processuais, precisamente, os recorrentes e os tribunais de origem.



Os estudos permitem verificar que a repercussão geral no recurso extraordinário reduziu efetivamente a quantidade de processos na Suprema Corte, todavia, há diversos problemas experimentados pelo citado tribunal e que não foram levados em consideração ao ser instituída a Proposta Constitucional n. 209/2012, a qual prescreve a implementação da repercussão geral no recurso especial. É de suma importância identificar todos os problemas no Supremo Tribunal Federal, para, assim, evitar dificuldades semelhantes no Superior Tribunal de Justiça.

Primeiramente, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça são tribunais diferentes com competências distintas. A primeira tem como função precípua a guarda da Constituição enquanto a segunda trata das leis infraconstitucionais. Tentar aplicar o mesmo requisito de admissibilidade, em recursos que não são semelhantes, trará os mesmos resultados esperados? As pesquisas mostraram que não, conforme foram explicados no último capítulo desta monografia.

A Constituição possui aproximadamente 250 artigos passíveis de afronta, enquanto a quantidade de leis infraconstitucionais é infinitamente superior. O artigo 22, inciso I, da Constituição Federal expõe um rol extenso de matérias infraconstitucionais de competência privativa da União. Logo, instituir requisitos para impedir a propositura dos recursos importará, ao que parece, consequências negativas maiores no Superior Tribunal de Justiça, como por exemplo, o sobrestamento de processos nos tribunais de origem serão incomparavelmente maior do que na Suprema Corte.

Conforme visto, a maioria dos membros da Ordem dos Advogados do Brasil expressa rejeição à aprovação dessa proposta, afirmando que tal sugestão ferirá cláusulas pétreas da Constituição Federal, especialmente o acesso à justiça e o direito de defesa.

O recurso é um dos instrumentos que mais se define com o Estado Democrático, sendo uma conquista do jurisdicionado. Quando os recursos são excluídos ou restringidas suas hipóteses de admissibilidade, é possível afirmar

que os poderes jurídicos das partes estão sendo diminuídos, logo, suas conquistas, juntamente com os dispostos nestas cláusulas pétreas, poderão sofrer graves consequências.

Outros problemas estão relacionados ao procedimento do instituto em tela. O artigo 543-B do CPC dispõe que compete aos tribunais de origem escolher alguns feitos para servirem de representativos de controvérsia e enviá-los para a Suprema Corte decidir. Entretanto, não há em nenhuma norma critérios fixados para essa escolha, ocasionando na livre arbítrio destes tribunais. Assim, espera-se que eles sejam criteriosos na avaliação para não enviar recursos incompletos ou de qualidade inferior.

E o que fazer quando a mesma questão for apontada por mais de um tribunal? Ambos serão decididos ou apenas um será decidido e o outro devolvido ao tribunal de origem? E ainda quais os critérios para afirmar que referido tema possui relevância? Deve-se aguardar uma quantidade de recursos, para então encaminhar ao Supremo Tribunal Federal?

Essas perguntas surgiram ao longo desses anos de aplicação do instituto da repercussão geral no recurso extraordinário e, até o presente momento, não surgiram soluções para estes problemas, tampouco a proposta de emenda constitucional em análise propõe alternativa a esses problemas já previsíveis.

Outra dificuldade é em relação ao espaço físico dos tribunais de origem. Com o envio dos processos representativo de controvérsia para o Supremo Tribunal Federal, todos os outros com mesmo tema ficam sobrestados nos tribunais de origem. Ocorre que a Suprema Corte não decide esses temas imediatamente, gerando o acúmulo de processos nos tribunais originários. Estes últimos não possuem espaços físicos para alocá-los. Assim, conclui-se que a quantidade de processos diminuiu no Supremo Tribunal Federal, porém, nos tribunais de origem, esse número não para de crescer.

Desse modo, observa-se que a Proposta de Emenda Constitucional n. 209/2012 deve ser observada de forma cautelosa e detalhada. A pressa em querer a aprovação desta sugestão nos informa que a intenção não está sendo repensar a melhor forma de tramitação do processo, mas sim de tentar administrar o índice numérico. Estão definindo estruturas processuais a partir da necessidade de controle numérico dos processos, o que não terá os melhores resultados.

Deve observar que a norma do processo é um assunto e a administração do número de processos é outro, que não necessariamente se encaixam. Evidente que ambos terão pontos em comum, mas não pode tentar resolver um problema de ordem administrativa em detrimento da norma processual.

Assim, de acordo com as questões acima levantadas, é possível concluir que:

1. A crescente quantidade de recursos que estão sendo interpostos no Superior Tribunal de Justiça é um problema grave, o qual merece ser estudado, porém, reproduzir o mesmo procedimento que é aplicado no Supremo Tribunal Federal não é a solução mais eficaz, tendo em vista a grande possibilidade de ocorrer a repetição dos mesmos problemas enfrentados pela Suprema Corte, em grau acentuadamente maior.
2. A Proposta de Emenda à Constituição n. 209/2012 parece prematura, tendo em vista que algumas questões que são de suma importância para o aperfeiçoamento da repercussão geral no recurso extraordinário ainda não foram discutidas e, talvez, fosse ponderável aguardar o momento em que esses problemas fossem efetivamente solucionados para que a própria proposta de emenda constitucional nos proporcionasse uma repercussão geral melhor definida para o recurso especial.

Logo, não se deve visar somente à redução quantitativa dos processos, mas todo o procedimento e a qualidade das decisões. Seria possível a transição deste instituto para o Superior Tribunal de Justiça se estivesse em perfeito funcionamento no Supremo Tribunal Federal, porém os dados mostram que os resultados não se mostraram perfeitos.

Diante desse panorama, é possível entender que a repercussão geral instituída para o recurso especial é uma providência que parece adequada, no entanto algumas adaptações deverão ser realizadas para que a repercussão geral exerça um controle legítimo, no âmbito da admissibilidade do recurso especial. Tais como:

1. Elaborar, de forma detalhada, o procedimento de escolha dos processos representativos de controvérsia nos tribunais de origem. Como atuar caso a mesma questão seja apontada simultaneamente em vários tribunais locais; e quantos serão os feitos a serem enviados ao tribunal superior;
2. Criar mecanismos menos onerosos para suprir a ausência de espaço físico na guarda de processos sobrestados que estão aguardando o julgamento da repercussão geral;
3. Unificar os sistemas de informática entre os tribunais superiores e os tribunais de origem, para melhorar o gerenciamento dos processos relacionados à repercussão geral;
4. Uniformizar as pesquisas de jurisprudência e de processos para facilitar a busca por temas com repercussão geral;
5. Capacitar pessoas que irão gerenciar os processos ligados à repercussão geral; e,
6. Periodicamente, realizar pesquisas com os tribunais de origem, para analisar a eficácia do instituto da repercussão geral, identificar os problemas e criar soluções.

Com a implementação dessas providências, é possível que a aplicação do instituto da repercussão geral no recurso especial se torne efetiva

e que gere consequências positivas ao Poder Judiciário, sem prejudicar as partes integrantes do processo.

## REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. *Curso de direito constitucional*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

ALMEIDA, Fábio. *O mito da repercussão geral: quando a busca pela eficiência paralisa o Poder Judiciário*. 2013. Disponível em: <<http://www.criticaconstitucional.com/o-mito-da-repercussao-geral-quando-a-busca-pela-eficiencia-paralisa-o-poder-judiciario/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

ALVES JÚNIOR, Luís Carlos Martins. *O Supremo Tribunal Federal nas constituições brasileiras*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

ALVES, Eliana Calmon. *O Superior Tribunal de Justiça na Constituição*. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/>>. Acesso em: 15 maio 2014.

ALVIM, Arruda. *A arguição de relevância no recurso extraordinário*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

ALVIM, Arruda. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/34194508/djpe-07-02-2012-pg-50>>. Acesso em: 06 jun 2014.

ALVIM, Arruda. *Manual de direito processual civil*. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

BARROS, Humberto Gomes de. *Inconstitucionalidade Superveniente e Recurso Especial*. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/publicacao seriada/index.php/informativo/article/viewFile/162/159>>. Acesso em: 14 maio 2014.

BERALDO, Leonardo de Faria. *A arguição de relevância da questão constitucional no recurso extraordinário sob o prisma da EC n. 45/2004*. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2012/08/PDF-D11-11.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2014.

BERMAN, José Guilherme. *O writ of certiorari*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_86/artigos/JoseGuilherme\\_rev86.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_86/artigos/JoseGuilherme_rev86.htm)>. Acesso em: 31 maio 2014.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934)*. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: 10 maio 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm)>. Acesso em: 11 set. 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 maio 2014.

BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil (de 25 de Março de 1824)*. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 10 maio 2014.

BRASIL. *Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973*. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869.htm)>. Acesso em: 01 out. 2014.

BRASÍLIA. Assessoria de Gestão Estratégica. Supremo Tribunal Federal. *Estatísticas e relatórios: Processos sobrestados em razão da repercussão geral*. 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=sobrestadosrg>>. Acesso em: 23 set. 2014.

BRASÍLIA. Assessoria de Gestão Estratégica. Supremo Tribunal Federal. *II Seminário repercussão geral em evolução*. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaRepercussaoGeralRelatorio/anexo/Resultados\\_apresentados.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaRepercussaoGeralRelatorio/anexo/Resultados_apresentados.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2014.

BUENO, Cassio Scarpinella. Repercussão Geral no projeto de novo Código de Processo Civil. In: PAULSEN, Leandro. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário: Estudos em homenagem à Ministra Ellen Gracie*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011. p. 138.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Proposta de emenda à Constituição nº 209 de 2012*. Insere o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1020915&filename=PEC+209/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1020915&filename=PEC+209/2012)>. Acesso em: 16 set. 2014.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bry Ant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. Disponível em: <[http://www.academia.edu/6522484/MAURO\\_CAPPELLETTI\\_ACESSO\\_A\\_JUSTICA](http://www.academia.edu/6522484/MAURO_CAPPELLETTI_ACESSO_A_JUSTICA)>. Acesso em: 19 set. 2014.

COMISSÃO aprova restrições para recursos especiais no STJ. Disponível em: <<http://jornal.jurid.com.br/materias/noticias/comissao-aprova-restricoes-para-recursos-especiais-no-stj>>. Acesso em: 16 set. 2014.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. *Recurso Extraordinário: origem e desenvolvimento no direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DANTAS, Bruno. *Repercussão Geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado. Questões processuais*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

DESTEFENNI, Marcos. *Manual de processo civil: individual e coletivo*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIDIER JUNIOR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil: Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*. 5. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2008.

DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL*. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

FALCÃO, Joaquim. *II Relatório Supremo em Números: o Supremo e a Federação*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2013. Disponível em: <<http://supremoemnumeros.fgv.br/relatorios/relatorio-2-o-supremo-e-a-federacao.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

FALCÃO, Joaquim. *I Relatório Supremo em Números: O Múltiplo Supremo*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2011. Disponível em: <<http://supremoemnumeros.fgv.br/relatorios/relatorio-1-o-multiplo-supremo.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

FERNANDES, Sérgio Ricardo de Arruda. *O recurso extraordinário e o seu novo processamento: Análise da seleção, juízo de retratação e negativa de seguimento*. Disponível em: <[http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir\\_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi\\_pro\\_civil/recurso\\_extra.pdf](http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_pro_civil/recurso_extra.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2014.



FERRAZ, Taís Schilling. Repercussão Geral – muito mais que um pressuposto de admissibilidade. In: PAULSEN, Leandro. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário: Estudos em homenagem à Ministra Ellen Gracie*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011. p. 78-80.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. *Lições de direito constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

FIUZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. Breve notas comparativas sobre as sete constituições brasileiras. In: COLTRO, Antônio Carlos Mathias (Coordenador). *Constituição Federal de 1988: dez anos (1988-1998)*. São Paulo: J. de Oliveira, 1999. p. 455.

LAMY, Eduardo de Avelar. *Repercussão Geral no recurso extraordinário: a volta da arguição de relevância?*. Disponível em: <<http://www.esmesc.com.br/upload/arquivos/1-1246647280.PDF>>. Acesso em: 11 set. 2014.

LOURENÇO, Haroldo. *Manual de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel (coordenador). O STJ no Estado Constitucional (Fundamentos dos Precedentes Obrigatórios no Projeto do CPC). *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 53, n. 9, p.5-33, mar. 2013. Bimestral.

MATHIAS, Carlos Fernando. *Notas para uma História do Judiciário no Brasil – XXXV. O Judiciário na Constituição de 1988. A Emenda Constitucional nº 45/2004*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MATHIAS, Carlos Fernando. *Notas para uma história do judiciário no Brasil – XXXI. A organização judiciária, no regime da Constituição de 1934*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MEDINA, José Miguel Garcia. *Justiça não pode ser medida apenas em números*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-set-16/processo-justica-nao-medida- apenas-numeros>>. Acesso em: 16 set. 2014.

MELLO, Vitor Tadeu Carramão. *A Repercussão Geral e o Writ of certiorari: breve diferenciação*. Disponível em: <[http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista\\_sjrj/article/viewFile/32/30](http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/viewFile/32/30)>. Acesso em: 31 maio 2014.

MELO, Vitor Tadeu Carramão. *A repercussão geral e a arguição de relevância: uma análise histórica*. General Repercussion and Relevance Allegation: Na Historical Analysis. Disponível em: <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/revista-pgfn/ano-i-numero-ii-2011/013.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MONTEIRO, Samuel. *Recurso Extraordinário e Arguição de Relevância: com a emenda regimental n. 02/85*. 1. ed. São Paulo: Hemus editora limitada, 1987.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NAPOLITANO, Carlo José. *O poder judiciário no texto constitucional*. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/238/supleb.php>>. Acesso em: 10 maio 2014.

NAVES, Nilson Vital. *O papel do Superior Tribunal de Justiça na Consolidação da democracia*. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2014

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *OAB critica PEC de recursos no STJ e alerta para problemas na Justiça*. Disponível em: <[http://www.oab.org.br/noticia/25368/oab-critica-pec-de-recursos-no-stj-e-alerta-para-problemas-na-justica?argumentoPesquisa=formsof\(inflectional,%20%22209%22\)](http://www.oab.org.br/noticia/25368/oab-critica-pec-de-recursos-no-stj-e-alerta-para-problemas-na-justica?argumentoPesquisa=formsof(inflectional,%20%22209%22))>. Acesso em: 19 set. 2014.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *OAB Nacional é contrária à adoção da repercussão geral pelo STJ*. Disponível em: <[http://www.oab.org.br/noticia/23562/oab-nacional-e-contraria-a-adocao-da-repercussao-geral-pelo-stj?argumentoPesquisa=formsof\(inflectional,%20%22repercussao%22\)%20and%20formsof\(inflectional,%20%22geral%22\)>](http://www.oab.org.br/noticia/23562/oab-nacional-e-contraria-a-adocao-da-repercussao-geral-pelo-stj?argumentoPesquisa=formsof(inflectional,%20%22repercussao%22)%20and%20formsof(inflectional,%20%22geral%22)>)>. Acesso em: 19 set. 2014

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *OAB quer rejeição integral da PEC 209/12, que limita recurso especial*. Disponível em: <[http://www.oab.org.br/noticia/24789/oab-quer-rejeicao-integral-da-pec-209-12-que-limita-recurso-especial?argumentoPesquisa=formsof\(inflectional,%20%22repercussao%22\)%20and%20formsof\(inflectional,%20%22geral%22\)>](http://www.oab.org.br/noticia/24789/oab-quer-rejeicao-integral-da-pec-209-12-que-limita-recurso-especial?argumentoPesquisa=formsof(inflectional,%20%22repercussao%22)%20and%20formsof(inflectional,%20%22geral%22)>)>. Acesso em: 19 set. 2014.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Proposta criação da repercussão geral para o STJ*. Disponível em: <<http://www.oabdf.org.br/noticias/proposta-criacao-da-repercussao-geral-para-o-stj/#.VBv8NMVdWug>>. Acesso em: 19 set. 2014.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Senado atende OAB e realiza audiência sobre PEC dos Recursos*. Disponível em: <[http://www.oab.org.br/noticia/25872/senado-atende-oab-e-realiza-audiencia-sobre-pec-dos-recursos?argumentoPesquisa=formsof\(inflectional,%20%22repercussao%22\)%20and%20formsof\(inflectional,%20%22geral%22\)>](http://www.oab.org.br/noticia/25872/senado-atende-oab-e-realiza-audiencia-sobre-pec-dos-recursos?argumentoPesquisa=formsof(inflectional,%20%22repercussao%22)%20and%20formsof(inflectional,%20%22geral%22)>)>. Acesso em: 19 set. 2014.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Direito processual civil contemporâneo: processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Direito processual civil contemporâneo: teoria geral do processo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

POMBO, Bárbara. *Novo ministro do STJ defende repercussão geral para a corte*. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2998130/novo-ministro-do-stj-defende-repercussao-geral-para-corte>>. Acesso em: 19 set. 2014.

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO. *Institucional*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfInstitucional>>. Acesso em: 10 maio 2014.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA. *Apresentação do instituto*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=apresentacao>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

SECRETÁRIA GERAL DA PRESIDÊNCIA. *Estatística e relatórios*. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=listas\\_rg](http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=listas_rg)>. Acesso em: 23 set. 2014.

SENADO FEDERAL. *Emenda Constitucional*. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/glossario-legislativo/emenda-constitucional>>. Acesso em: 19 set. 2014.

SILVA, Roberta Gonçalves de Souto e Silva. *Repercussão Geral: dos critérios de aferição aos efeitos*. General repercussion: from admeasurements criteria to effects. Disponível em: <<http://jurisvox.unipam.edu.br/documents/48188/50566/Repercussao-geral.pdf>>. Acesso em: 16 set. de 2014.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Felix Fisher: filtro para recursos vai melhorar serviço prestado pelo STJ, sem prejudicar as partes*. Disponível em: <[http://stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=107110](http://stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=107110)>. Acesso em: 16 set. 2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*: 15 de outubro de 1980. Brasília, 1980. Disponível em: <[http://www.dji.com.br/normas\\_inferiores/regimento\\_interno\\_e\\_sumula\\_stf/ristf\\_\\_0321a0329.htm#Art.328](http://www.dji.com.br/normas_inferiores/regimento_interno_e_sumula_stf/ristf__0321a0329.htm#Art.328)>. Acesso em: 11 set. 2014.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, 2014.

TOFFOLI, Vitor. *A proposta de emenda à constituição nº 209/2012 (Câmara dos Deputados) que institui a repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso especial: mais um instrumento para efetivação do acesso à justiça?* The proposed constitutional amendment nº 209, 2012 (Brazil, house of representatives) establishing the general repercussion as admissibility requirement in the special appeal: Will it makes Access to justice easier? Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=887caadc3642e304>>. Acesso em: 16 set. 2014.

VIANA, Ulisses Schwarz. *Repercussão Geral sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann*. São Paulo: Saraiva, 2010.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento*. 14. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

WEISZFLOG, Walter. *Michaelis Moderno Dicionário Da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2014. Disponível em:  
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=repercus%3so>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

## **ANEXO A – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº DE 2012**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº de 2012.**

(Da Senhora Rose de Freitas e do Senhor Luiz Pitiman)

Inserir o § 1º ao art. 105, da  
Constituição Federal, e  
renumerar o parágrafo único.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Inserir o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, renumerando o parágrafo único, da mesma norma constitucional, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105 .....

§ 1º No recurso especial, o recorrente deverá demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços dos membros do órgão competente para o julgamento.

§ 2º Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça:  
.....

### **JUSTIFICAÇÃO**

Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar, em sede de recurso especial, causas

decididas, seja em única ou em última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando decisão recorrida contrarie tratado ou lei federal, ou negue-lhes vigência, julgando válido ato de governo local contestado em face de lei federal, ou quando dê a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

No entanto, ao exercício dessa competência, soerguem-se problemas de congestionamento similares aos que suscitaram estabelecer, no âmbito dos recursos extraordinários (competência do Supremo Tribunal Federal), a introdução do requisito da repercussão geral à sua admissibilidade. Conforme se pôde depreender numericamente no caso da Excelsa Corte, quanto à distribuição processual, de 159.522 (cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e dois) processos em 2007 (ano em que a Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006, entrou em vigor, regulamentando infraconstitucionalmente o § 3º do art. 102, da Constituição Federal), reduziu-se para 38.109 (trinta e oito mil, cento e nove) processos em 2011.

Resta por necessária a adoção do mesmo requisito no tocante ao recurso especial, recurso esse de competência do STJ. A atribuição de requisito de admissibilidade ao recurso especial suscitará a apreciação de relevância da questão federal a ser decidida, ou seja, devendo-se demonstrar a repercussão geral, considerar-se-á a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa. Atualmente, vige um modelo de livre acesso, desde que atendidos os requisitos já explicitados como constantes do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal. De tal sorte, acotovelam-se no STJ diversas questões de índole corriqueira, como multas por infração de trânsito, cortes no fornecimento de energia elétrica, de água, de telefone. Ademais, questões, inclusive já deveras e repetidamente enfrentadas pelo STJ, como correção monetária de contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que, nos primeiros 16 (dezesseis) anos de funcionamento do STJ, respondeu por cerca de 21,06% do total de processos distribuídos, um

quantitativo de vultosos 330.083 (trezentos e trinta mil e oitenta e três) processos.

Desta forma, as alterações propostas serão de grande relevância ao bom funcionamento do Superior Tribunal de Justiça, na medida em que permitirá uma atuação mais célere e eficiente às muitas e importantes questões de direito federal que lhes são apresentadas.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio do nossos eminentes pares para aprovação da Proposta.

Sala das sessões, em        de        de 2012.

**Deputada Rose de Freitas  
(PMDB/ES)**

**Deputado Luiz Pitiman  
(PMDB/DF)**



Principais dificuldades enfrentadas		
	Dificuldades	Tribunais
<b>Espaço físico</b>		
1.	Ausência de espaço físico	TJ/PA; TJ/PI; TJ/RS; TJ/PR; TRF 4ª Região; TJ/SC - 3ª VP; TRF - 2ª Região
<b>Pessoal</b>		
1.	Ausência de pessoal para gerenciar os processos	TJ/PA; TJ/PI; TJ/RS; TJ/PR; TRF 4ª Região
<b>Recursos de informática</b>		
1.	Ausência de recursos no sistema de informática para o gerenciamento dos processos relacionados à RG	TJ/GO; TJ/PI; TJ/PR
2.	Pesquisas de jurisprudência e de processos no site do STF não apresentam os mesmos resultados, como os avisos de "possui repercussão geral" etc.	STJ
3.	Ausência de controles mais finos, baseados em lançamento de eventos de movimentação, a fim de permitir o levantamento mais rápido de informações mais detalhadas por meio de aplicativos baseados no banco de dados do Tribunal (especialmente o portal de estatísticas);	TRF- 2ª Região
Principais dificuldades enfrentadas		
<b>Delimitação dos temas</b>		
1.	Processos que regressem do STF com orientação para aplicação da sistemática da RG com base em tema distinto do discutido no RE	STJ; TST; TJ/SP - PUB; TJ/MG
2.	Imprecisão dos acórdãos de julgamento de mérito quanto ao alcance da questão constitucional decidida (abrangência de cada julgamento de mérito de RG)	TJ/MG; TJ/RS
3.	Decisão que define o representativo de controvérsia, o acórdão que nega a existência ou julga o mérito da RG	STJ
4.	A identificação por TEMAS nem sempre abrange a matéria realmente discutida no Recurso Representativo.	TJ/RJ
5.	Julgamento monocrático dos representativos da controvérsia sem submeter à análise da RG, o que ocasiona acúmulo de processos sobrestados sem paradigma correspondente, bem como incerteza quanto à exatidão da questão jurídica a ser julgada;	TJ/MG
6.	Dificuldade na verificação da identidade dos casos analisados no âmbito do Tribunal local com os temas sobrestados pelo STF.	TJ/PA
7.	Interpretação da abrangência e aplicabilidade de alguns temas e controvérsias de RG e processos múltiplos (processos sobrestados por determinado tema ou controvérsia e, no julgamento da RG ou do mérito, a controvérsia é delineada de outra forma).	TST

Principais dificuldades enfrentadas		
Recursos de informática		
1.	Ausência de recursos no sistema de informática para o gerenciamento dos processos relacionados à RG	TJ/GO; TJ/PI; TJ/PR
2.	Pesquisas de jurisprudência e de processos no site do STF não apresentam os mesmos resultados, como os avisos de "possui repercussão geral" etc.	STJ
3.	Ausência de controles mais finos, baseados em lançamento de eventos de movimentação, a fim de permitir o levantamento mais rápido de informações mais detalhadas por meio de aplicativos baseados no banco de dados do Tribunal (especialmente o portal de estatísticas);	TRF- 2ª Região
Regulamentação		
1.	Ausência de regulamentação interna a respeito da RG	TJ/GO; TJ/PI
2.	Ausência de regulamentação interna e parâmetro estabelecido pelo STF	TJ/TO
3.	Ausência de regulamentação que evidencie a prejudicialidade do recurso extraordinário em virtude de Súmula Vinculante em sentido contrário;	TRF 4ª REGIÃO
4.	Ausência de regulamentação que estabeleça que o momento da realização do juízo de admissibilidade deve anteceder o juízo de retratação.	
5.	Falta de regulamentação específica quanto a eventuais recursos cabíveis das decisões proferidas pelas presidências dos Tribunais com fulcro nos artigos 543-B e 543-C do CPC.	STJ
Principais dificuldades enfrentadas		
Gestão		
1.	Gestão dos processos selecionados como representativos da controvérsia (impasse quanto ao destino dos processos sobrestados com base naqueles representativos); não há informações referentes à sistemática adotada em relação aos processos que foram encaminhados ao STF como representativos da controvérsia	TJ/SP - PUB; TST
2.	Dúvida se o Tribunal de origem deve sobrestar todos os recursos cujo tema houver RG reconhecida ou somente aqueles em que, na decisão, houver determinação expressa da aplicação do art. 543-B, § 1º.	TJCE
3.	Mudanças do processo paradigma, com o consequente julgamento do tema em processo distinto em que se discutiu a existência de repercussão geral.	STJ
4.	Acompanhamento exato de todos os temas submetidos à sistemática da RG, sobretudo quanto às decisões que impactam para as instâncias inferiores	STJ
5.	Mudança na sistemática de remessa dos RE's pelo STJ ao STF quando da interposição de RESp e RE, voltando os RE's, após apreciação dos RESp's, para este TJ, quando antes eram remetidos ao STF pelo próprio STJ.	TJ/RN
6.	Nos feitos devolvidos etiquetados, o fato de constar da etiqueta unicamente o número do tema dificulta do trabalho, pois demanda tempo para buscar as informações pertinentes ao tema ali referido	TJ/RN
7.	Alguns processos representativos da controvérsia, constantes do sítio do E. STF, desaparecem do campo sem que haja indicação de processo substituído ou justificativa.	TJ/SP - PUB
8.	Há retorno dos autos do STF, por certidão, para cumprimento do artigo 543-B, § 3º, quando os autos foram encaminhados para cumprimento do artigo 543-B, § 4º, do CPC.	TJ/SP - PUB
9.	Existência de matéria com RG que tem a afetação cancelada, sem indicação de outro leading case.	TJ/SP - PUB
10.	Inexistência de Secretaria da Vice-Presidência, que seria competente para a tramitação dos Recursos Excepcionais. Não há uma padronização procedimental no âmbito do TJ/MT, no que se refere ao controle do acervo, sua contabilização e organização, já que cada Departamento procede de forma diversa.	TJ/MT
11.	Representativos da controvérsia eventualmente enviados pelo TST ao STF, com menção no despacho, não foram identificados, tendo sido distribuídos ordinariamente.	TST
12.	Retornos do STF sem indicação do precedente que a SEJ/STF entendeu aplicável	TST
13.	Aumento de incidentes processuais em razão do sobrestamento e da sistemática de Agravo Interno criada pela jurisprudência do STF para os casos de aplicação de precedente de RG (mérito ou negativa).	TST

## Principais dificuldades enfrentadas

<b>Julgamento</b>		
1.	Demora no julgamento dos paradigmas, principalmente, quanto ao mérito	TJ/MG; TJ/RS
2.	Demora na comunicação do julgamento das matérias sobre RG	TJ/SC - 3ª; TJ/RN
3.	Demora na publicação dos acórdãos, principalmente, daqueles com julgamento de mérito	TJ/MG
4.	Recursos envolvendo temas mistos (com RG e sem RG), uma vez que no primeiro caso o recurso adequado é o agravo regimental e no segundo é o agravo ao STF.	TJ/RS; TJ/SC - 2ª
5.	Quando o STF reconhece a RG de tema, indicando dois ou mais processos como leading case, os sobrestados têm que esperar o julgamento de ambos, o que nem sempre acontece na mesma ocasião.	TRF- 2ª Região
6.	Volume de processos sobrestados e consequentes demandas decorrentes do sobrestamento por tempo indeterminado	TST
<b>Admissibilidade</b>		
1.	Postergação do juízo de admissibilidade para depois do julgamento de mérito quando apresentam problemas em requisitos recursais	TJ/RS
2.	Seleção de processos representativos da controvérsia que não preenchem os requisitos de admissibilidade.	TST
3.	Quando houver decisão de mérito acerca das matérias com RG reconhecida, os processos sobrestados nos tribunais de origem terão de passar por outro crivo de admissibilidade, sendo que muitos retornarão aos órgãos de origem para novo julgamento, em caso de contrariedade à decisão do Supremo	TST

**Fonte:** BRASÍLIA. Assessoria de Gestão Estratégica. Supremo Tribunal Federal. *II Seminário repercussão geral em evolução*. Disponível em: [http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaRepercussaoGeralRelatorio/anexo/Resultados\\_apresentados.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaRepercussaoGeralRelatorio/anexo/Resultados_apresentados.pdf). Acesso em: 28 set. 2014.

**ANEXO C – PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2012.009403-3/COP**

*Ordem dos Advogados do Brasil*  
*Conselho Federal*  
*Brasília - D.F.*

**Proposição n. 49.0000.2012.009403-3/COP**

**Origem:** Presidência do Conselho Federal da OAB.

**Assunto:** Proposta de Emenda à Constituição n. 209/2012. Requisitos de admissibilidade ao Recurso Especial. STJ.

**Relator:** Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG).

**Relatório**

1. O Senhor Presidente deste Conselho Federal, Dr. OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR, tomou a iniciativa de submeter à apreciação do colegiado Proposta de Emenda à Constituição, em tramitação na Câmara dos Deputados, que introduz, entre os pressupostos de admissibilidade do recurso especial, o requisito da *relevância da questão federal discutida*.
2. Trata-se da PEC nº 209/2012 apresentada àquela Casa do Congresso Nacional pelos ilustres Deputados ROSE DE FREITAS (PMDB-ES) e LUIZ PITIMAN (PMDB/DF) e que foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em data de 10 de setembro do corrente ano.
3. A referida PEC pretende inserir, no art. 105 da Constituição, § 1º, do seguinte teor, passando o atual parágrafo único a figurar no texto como § 2º:

*§ 1º No recurso especial, o recorrente deverá demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços dos membros do órgão competente para o julgamento.*

4. A proposição, como de praxe, vem acompanhada de justificativa, na qual se invoca o símile da *repercussão geral* no Supremo Tribunal Federal, procurando-se demonstrar que, após a instituição desse requisito entre os pressupostos do recurso extraordinário, houve significativa redução de processos submetidos à mais alta Corte de Justiça.

Diz-se, na mencionada justificação:

*“A atribuição de requisito de admissibilidade ao recurso especial suscitará a apreciação de requisito de admissibilidade ao recurso especial de relevância da questão federal a ser decidida, ou seja, devendo-se demonstrar a repercussão geral, considerar-se-á a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista*

*econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.” (sic).*

5. Acrescenta a justificação que, atualmente, “*vige um modelo de livre acesso*” ao Tribunal, em razão do que “*acotovelam-se no STJ diversas questões de índole corriqueira, como multas de trânsito, cortes no fornecimento de energia elétrica, de água, de telefone*”, além de questões de interesse público em torno das quais a jurisprudência, há muito, já se firmou, como a da correção monetária das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

6. Concluem os autores da proposição, na justificativa que a instrui:

*“Desta forma, as alterações propostas serão de grande relevância ao bom funcionamento do Superior Tribunal de Justiça na medida em que permitirá uma atuação mais célere e eficiente às muitas e importantes questões de direito federal que lhes são apresentadas.”.*

7. Honrado pelo Senhor Presidente para relatar a matéria, trago-a, assim, à apreciação da Casa.

8. É o relatório.

### Voto

9. Observa-se, desde logo, que o novo requisito do recurso especial idealizado pela PEC em referência é uma simbiose entre a antiga *arguição de relevância da questão federal* e o instituto da *repercussão geral*, que figura no § 3º do art. 102 da Constituição, desde a Emenda Constitucional nº 45/2004.

10. A *arguição de relevância* foi instituída pela Emenda Regimental nº 3 ao Regimento do Supremo Tribunal Federal, de 12 de junho de 1975. Inspirada no sistema do *certiorari*, do direito americano, a referida *arguição* tornou-se um incidente suscetível de ser suscitado na interposição do recurso extraordinário, de forma a levar a alta Corte, num juízo preliminar, em sessão de conselho, segundo critério, de início, inteiramente discricionário, a definir os casos que, pela sua relevância, aferida a partir do interesse geral na sua apreciação, deveriam ser julgados pelo STF. A Emenda Constitucional nº 7, outorgada a 13 de abril de 1977, incorporou ao texto constitucional então vigente o instituto da *arguição de relevância*. Ficavam excluídas do âmbito desse incidente, entre outras, as questões constitucionais, em que seria de presumir-se a relevância da questão jurídica discutida.

A Emenda Regimental nº 2/1985, aprovada pelo STF, definiu, no art. 327, § 1º, do Regimento Interno daquela Corte, nos seguintes termos, *questão federal relevante*:

*Entende-se relevante a questão federal que, pelos seus reflexos na ordem jurídica e considerados os aspectos morais, econômicos, políticos ou sociais da causa, exigir a apreciação do recurso extraordinário pelo Tribunal.”.*

Reduziu-se, assim, de alguma forma, o grau de subjetividade a que ficava sujeita a definição de *questão federal relevante* e que constituía o motivo maior das críticas que se formulavam ao instituto. Aliás, em trabalho publicado à época, já tivera a oportunidade de advertir para esse ponto, alvitrando a possibilidade de o Regimento Interno do STF estabelecer parâmetros para o reconhecimento da relevância da questão federal. Reporto-me, com a devida vênia, ao que escrevi no texto “*Questão Federal Relevante: uma tentativa de sistematização*”, publicado, originariamente, na *Revista OAB-DF*, nº 8/1979,

pp. 143/153, e reproduzido, depois, pela *Revista Forense*, vol. 272-outubro-novembro-dezembro de 1980, pp. 111/116.

**11.** O instituto da *arguição de relevância da questão federal* desapareceu com a Constituição de 1988, na medida em que esta criou um novo tribunal, de jurisdição especial, o Superior Tribunal de Justiça, ao qual passou a competir o julgamento de recursos que envolvam o direito infraconstitucional, já agora sem os entraves que correspondiam ao filtro daquele incidente. E nisso residiu a grande importância da descentralização da competência do Supremo Tribunal Federal que, assim, se operou.

**12.** Durante o desenrolar dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o ilustre Prof. ARRUDA ALVIM lançou importante obra sobre o tema – *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário* (São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1988) – e, na nota de apresentação do livro, vaticinou a hipótese de, não obstante a criação do novo tribunal, continuar cabendo recurso ao STF, quando relevante a questão federal suscitada, em matéria infraconstitucional. Argumentava o eminente processualista: “ao Supremo Tribunal Federal cabe, pela nossa tradição, já longa, a tarefa de manter a unidade do direito nacional, e, porque continua a ser o mais alto Tribunal do País” deveria conservar competência para o julgamento de questões que, “ainda que não representativas de matéria constitucional, precisamente pela sua relevância, não devem ficar fora da esfera de competência do Supremo Tribunal Federal.”. “Há assuntos relevantes – acrescentava o festejado autor – que, muitas vezes, têm uma importância incomparavelmente maior do que muitas das questões constitucionais, na ordem prática e real da vida.” (ob. cit., p. XII, *Nota do autor*).

De acordo com o pensamento do Prof. ARRUDA ALVIM, a criação do Superior Tribunal de Justiça haveria de representar forma de ampliar – jamais de restringir – a tutela jurisdicional, com vistas à preservação da unidade do direito federal.

O que se pretende, agora, é exatamente o contrário.

**13.** Segundo se pôde ver do trecho da justificação da PEC, acima transcrito, o que esta almeja, no fundo, é ressuscitar o velho instituto da *arguição de relevância da questão federal*, o qual seria regulado em lei, a partir da noção adrede fixada de que como tal haver-se-á de considerar a questão que apresente repercussão geral. E isto como meio de reduzir a apreciação de recursos especiais pelo Superior Tribunal de Justiça.

**14.** A ideia vem ao encontro de proposição que teria sido apresentada ao Senhor Ministro da Justiça pelo Superior Tribunal de Justiça, no início deste ano, segundo o noticiário da imprensa. A PEC em exame talvez seja, pois, uma antecipação da que a Presidência da República estaria para encaminhar ao Congresso Nacional, por meio de mensagem.

**15.** Permito-me trazer à colação, por isso mesmo, artigo que fiz publicar na coluna do Instituto dos Advogados Brasileiros estampada no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, edição de 16 de abril de 2012.

O texto do mencionado artigo traduz, exatamente, o que penso acerca da inovação que se tem em vista, podendo servir, assim, de fundamento ao presente voto.

Eis o seu inteiro teor:

*Cogita-se de estabelecer novo pressuposto de admissibilidade para os recursos especiais. À semelhança do que já ocorre com relação aos recursos extraordinários para o Supremo Tribunal Federal, pretende-se condicionar o acesso ao Superior Tribunal de Justiça, por via daquele recurso, à repercussão geral da questão jurídica suscitada. Proposta de emenda constitucional com esse objetivo foi aprovada pelo STJ e encaminhada ao Senhor Ministro da Justiça.*



*Cuida-se de tornar, assim, mais rígido -- ou espesso -- o filtro a que são submetidos os recursos por meio dos quais se intenta preservar a lei federal de violações que lhe comprometam a vigência ou evitar que o dissenso jurisprudencial lhe acarrete divergências insuperáveis na interpretação. Esse filtro, como é sabido, já se mostra, há algum tempo, de difícil permeabilidade. A exigência de prequestionamento da questão federal, por meio de embargos de declaração, o incidente de julgamento dos recursos repetitivos, a inviabilidade do recurso que contrarie súmulas dos tribunais superiores ou a jurisprudência neles dominante, são fatores que condicionam a admissibilidade do recurso especial pelo STJ, estreitando o caminho das partes a esse tribunal superior e limitando a determinadas questões o cumprimento, por parte dessa Corte, de sua missão principal, que é a de atuar como tribunal da federação.*

*A inovação que, agora, se propõe traz conseqüências ainda mais drásticas. A rigor, a exigência de repercussão geral, como questão preliminar da admissibilidade dos recursos especiais, conspira contra a própria história do Superior Tribunal de Justiça. Esse tribunal surgiu, com a Constituição de 1988, para dividir com o Supremo Tribunal Federal o julgamento dos recursos de natureza extraordinária. Sua criação atendia a dois propósitos: reservar ao Supremo a função precípua de Corte Constitucional e possibilitar o julgamento dos recursos fundados em ofensa à lei federal sem os entraves que, antes, limitavam-lhe o cabimento.*

*Decorriam os referidos entraves do incidente da argüição de relevância da questão federal, concebido, à maneira do certiorari do direito americano, como forma de só permitir que chegassem à Corte Suprema recursos que envolvessem questões de relevante interesse público, do ponto de vista moral, econômico, político e social. Dessa forma, os recursos extraordinários fundados em negativa de vigência da lei federal, somente seriam admissíveis se, previamente, considerada de alta relevância a questão neles versada. Excluídos desse procedimento preliminar ficavam, apenas, as questões constitucionais, cuja natureza peculiar fazia presumir a relevância da questão discutida.*

*Noutras palavras, com a criação do STJ e a configuração do STF como Corte Constitucional, perdeu sentido -- e, por isso, desapareceu -- a argüição de relevância. De repente, porém, ressurgiu, com a Emenda nº 45, de 2004, o procedimento prévio da argüição de relevância, agora com o nome de repercussão geral. Assim, também os recursos fundados em questão constitucional passaram a submeter-se ao crivo dessa preliminar, de forma a somente serem admitidos quando o interesse no julgamento da questão transcendesse ao interesse das partes para assumir o caráter de questão de repercussão geral.*

*E, já agora, ao argumento de que o Superior Tribunal de Justiça não pode dar conta da plethora de recursos que chegam àquela Corte, deseja-se estender esse mecanismo de filtragem aos recursos especiais. Descartou-se a alternativa do aumento do número de Ministros do Tribunal, preferindo-se manter sua composição atual, de 33 juízes. Optou-se pelo instrumento da repercussão geral, como forma de reduzir o volume de processos a ser distribuídos a cada um dos Ministros.*

*A solução não corresponde, certamente, ao anseio dos jurisdicionados. E não condiz com a história da fundação do próprio Tribunal. Dito de outra forma, sem hipérbole e sem rebuço, o mecanismo que se pretende pôr em prática, renega o papel atribuído ao STJ pela Constituição de 1988.*

*As circunstâncias parecem autorizar a conclusão de que está em voga, nos dias de hoje, uma filosofia negativista: que se reduza ao mínimo a possibilidade de recorrer. De passo em passo, vai-se chegando a uma situação temerária, qual seja a de pôr em xeque o princípio do amplo acesso à Justiça ou o direito fundamental à prestação jurisdicional. É preciso encontrar soluções que viabilizem o funcionamento normal dos tribunais, em vez de adotar procedimentos pragmáticos e ilusórios, que não contribuem para tornar o Judiciário mais eficiente.*

**16.** Convém refletir, neste passo, sobre a finalidade do antigo recurso extraordinário, de que o recurso especial para o STJ é subespécie. Ao tempo em que esse recurso englobava tanto a matéria constitucional quanto a matéria infraconstitucional, EPITÁCIO PESSOA -- que foi Ministro do STF, antes de ser Presidente da República -- escreveu:

*“Reconhecida a soberania da União e proclamada a obrigatoriedade das leis federais em todo o território da República, forçoso é colocar essas leis sob a proteção de um tribunal federal que lhes possa restabelecer a supremacia, quando desconhecida ou atacada pela magistratura dos Estados.”*

*(Do Recurso Extraordinário, em Revista de Direito, vol. V, pág. 437, apud ALFREDO DE ARAÚJO LOPES DA COSTA, Direito Processual Civil Brasileiro, 2ª. edição, Rio, Forense, 1959, vol. 3, p. 407, nº 416).*

*“Manter a autoridade e a unidade das leis nacionais”, eis, na síntese de CASTRO NUNES, que LOPES DA COSTA reproduz, a finalidade precípua do recurso extraordinário. “Por ele”, como acrescenta o eminente processualista, que pontificou em Minas Gerais, “a parte visa obter situação mais favorável do que a que lhe foi atribuída pela sentença recorrida”, mas esse resultado “é alcançado indiretamente, porque a finalidade do recurso” é de ordem objetiva, isto é, tem em vista preservar a aplicação uniforme do direito federal (Ob., vol. e nº cits., p. 406).*

**17.** No exame da admissibilidade de recurso dessa natureza, não se deveria ter em conta, por isso mesmo, o alcance ou a repercussão da questão federal discutida. Esta, a



rigor, situa-se num plano secundário, porque o fundamento do recurso especial, assim como o daquele de que se origina, é a violação da lei ou a divergência na sua aplicação, *tout court*.

Daí dizer PEDRO LESSA, na sua obra clássica:

*“Com a natureza especial do recurso extraordinário, cuja função é manter a autoridade das leis nacionais, não se compadece a ideia de alçada. Por isso no direito pátrio, como no dos Estados-Unidos da América do Norte, é admitido o recurso, por menor que seja o valor da causa. Sobre este ponto nunca houve doutrina, nem julgados divergentes.”*

*(Do Poder Judiciário, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1915, p. 124, § 28).*

É evidente que, se o recurso extraordinário não pode ter a sua admissibilidade limitada em função do valor da causa, *a fortiori* não comportará restrições de outra ordem, como a que se funda na presumível repercussão geral do julgado ou da questão que este tem por objeto.

**18.** Dir-se-á que os tempos romperam com a ortodoxia desse conceito ou que os institutos da *arguição de relevância da questão federal* e da *repercussão geral* desta, há muito, a superaram. *Modus in rebus*, de qualquer forma. Tais mecanismos de filtragem dos recursos interpostos para os Tribunais Superiores hão de ser vistos como soluções excepcionais, a requererem, portanto, aplicação comedida e restrita. Do contrário, será inevitável o esvaziamento ou a desnaturação do recurso de natureza extraordinária, ao sabor de interesses conjunturais.

**19.** Por outro lado, não colhe a invocação de instituto análogo – o da *transcendência da causa* –, adotado, com relação ao recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, conforme consta do art. 896-A da CLT, decorrente da Medida Provisória nº 2.226/2001, cuja inconstitucionalidade, aliás, este Conselho Federal arguiu, por meio da ADI nº 2.527. Maus precedentes não devem servir de inspiração quando se busca o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

**20.** Ademais, há soluções alternativas para a crise dos Tribunais Superiores. No caso do STJ, é bastante óbvia a que recomenda a ampliação do número de seus Ministros, como conhecidas são as razões que a ela se opõem e que, com a devida vênia, não se fundam no interesse público.

De outra parte, é preciso considerar que as reformas do Judiciário devem ter em vista o interesse dos jurisdicionados – e não, como frequentemente acontece, entre nós – a preocupação de reduzir encargos ou limitar recursos.

**21.** É hora de erguer um brado contra esse vezo que vai tornando o processo, no nosso país, cada vez mais, um processo de matizes autoritários, na contra-mão do direito de acesso à Justiça e em claro antagonismo com o princípio da *inafastabilidade da tutela jurisdicional*.

**22.** Concluo, pois, no sentido de que o Conselho Federal se posicione contra a PEC nº 209/2012, manifestando-se, a esse respeito, junto à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e à sua congênere do Senado Federal, bem como perante a Presidência das duas Casas do Congresso Nacional, às quais deverá encaminhar os subsídios resultantes desta sessão. Ao mesmo tempo, que se enviem estes mesmos subsídios a todas as Seccionais da OAB e ao Instituto dos Advogados Brasileiros, conclamando-os a manifestarem-se no mesmo sentido. E que se divulgue, como convém, a posição assim adotada, por meio da imprensa, especialmente através da TV JUSTIÇA.

É como voto.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2012.

---

**PAULO ROBERTO DE GOUVÊA MEDINA**  
**Relator**

**Aditamento ao voto**

1. Em 5 de novembro de 2012, encaminhou-me o Senhor Presidente do Conselho Federal, Dr. OPHIR CAVALCANCANTE JÚNIOR, expediente originário da Comissão Nacional de Acesso à Justiça, subscrito por seu ilustre Presidente, Conselheiro Federal, Suplente, JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA, com ampla análise da Proposta de Emenda Constitucional nº 209/2012, em relação à qual é apresentado substitutivo, que se sugere seja encaminhado à Câmara dos Deputados.

2. Nas considerações tecidas em torno da referida Proposta de Emenda Constitucional, a douta Comissão Nacional de Acesso à Justiça manifesta-se, em linha de princípio, contrariamente à instituição de repercussão geral nos recursos especiais.

3. Contudo, a Comissão achou oportuno oferecer alternativas a essa forma de filtragem dos recursos especiais, por considerar que, realmente, o Superior Tribunal de Justiça se vê, presentemente, sob o impacto de um volume de processos acima da sua capacidade de trabalho. Embora isso não fique bem claro no texto do substitutivo apresentado, uma vez que este acabou englobando as duas alternativas cogitadas, a ideia parece ser a de desdobrá-las da forma a seguir exposta.

Admitida que seja, como inevitável, a instituição do incidente, não seria de exigir-se a repercussão geral nos recursos especiais fundados em dissídio jurisprudencial (Constituição, art. 105, III, “c”), os quais seriam cabíveis, portanto, sem que o recorrente tenha de demonstrar, preliminarmente, a repercussão geral da questão discutida.

Visando, porém, a solução de mais largo espectro, seria de cogitar-se de reformulação substancial tanto do cabimento do recurso especial, quanto do cabimento do recurso extraordinário. Assim, o STJ teria sua competência ampliada, para julgar também recursos fundados em ofensa à Constituição, enquanto o recurso extraordinário para o STF somente seria cabível de decisões dos Tribunais Superiores. Essa solução não eliminaria a repercussão geral nos recursos especiais, mas a restringiria à hipótese em que a questão discutida fosse de nível infraconstitucional..

A par dessas alternativas, seria de propor-se, segundo a douta Comissão, o aumento da composição do Superior Tribunal de Justiça para 63 (sessenta e três) Ministros, mediante criação gradativa das vagas necessárias para atingir esse número. Atribuir-se-ia, ademais, competência ao Conselho Nacional de Justiça para avaliar, a cada 3 (três) anos, a necessidade do aumento do número de Ministros do tribunal.

4. Considero pertinentes, de um modo geral, as propostas apresentadas pela Comissão Nacional de Acesso à Justiça.

Não creio, porém, que se deva oferecer, desde logo, um substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional nº 209/2012, porque isso implicaria aceitar, sem qualquer resistência, a ideia da repercussão geral nos recursos especiais. A melhor estratégia seria, a meu ver, a de o Conselho Federal firmar posição contrária à referida PEC, apresentando os seus argumentos nesse sentido à Comissão de Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. Verificando-se, porventura, que a referida PEC, apesar dos seus graves inconvenientes, tenderia a prosperar no Congresso Nacional, aí, sim, encaminhar-se-ia o substitutivo proposto. Mas, ainda então, seria de conferir-se prioridade à alternativa que ressalva a dispensa da repercussão geral nos recursos fundados em dissídio jurisprudencial,

para, apenas em segundo plano, pugnar pela que propõe alteração mais ampla na sistemática dos recursos para os Tribunais Superiores.

5. Aliás, não vejo possibilidade de boa acolhida para a segunda alternativa, pela simples e evidente razão de que ela implica aumento de competência do STJ. O argumento desenvolvido em favor dessa ideia, que seria a de eliminar-se a duplicidade de recursos interpostos das decisões dos tribunais de segundo grau -- ou seja, a interposição simultânea do recurso especial e do recurso extraordinário --, é relevante e de sensível interesse prático. Mas, não se poderia pensar em restringir os recursos para o Supremo Tribunal Federal das decisões proferidas pelos Tribunais Superiores, à semelhança do que sucede, hoje, na órbita da Justiça do Trabalho, sem atribuir ao STJ competência para julgar recursos em matéria constitucional. E isso, longe de ser uma solução para esse tribunal, significaria, sem a menor dúvida, aumento de trabalho.

6. Por outro lado, não posso deixar de manifestar dúvida quanto à competência que se pretende atribuir ao CNJ para avaliar, periodicamente, a necessidade de propor aumento do número de juízes do STJ. Na sistemática da Constituição, segundo penso, a competência para propor aumento do número de Ministros do Superior Tribunal de Justiça é do Supremo Tribunal Federal, *ex vi* do art. 96, II, do texto constitucional. Convém examinar, atentamente, esse ponto.

7. Em resumo, louvo o trabalho apresentado pela douta Comissão Nacional de Acesso à Justiça. Mas o recebo com reservas. E manifesto preocupação com o seu encaminhamento, puro e simples, à Câmara dos Deputados, a título de substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional nº 209/2012.

Peço vênia, assim, para manter o voto que emiti sobre a matéria, sem prejuízo de admitir as alternativas propostas, num segundo compasso das *démarches* em torno do assunto.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2012.

---

**PAULO ROBERTO DE GOUVÊA MEDINA**  
**Relator**



*Ordem dos Advogados do Brasil*  
*Conselho Federal*  
*Brasília - D. F.*

**Proposição n. 49.0000.2012.009403-3/COP**

**Origem:** Presidência do Conselho Federal da OAB.

**Assunto:** Proposta de Emenda à Constituição n. 209/2012. Requisitos de admissibilidade ao Recurso Especial. STJ.

**Relator:** Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG).

**Ementa n. /2012/COP:** Proposta de Emenda Constitucional instituindo o incidente de Repercussão Geral no Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça. Manifestação contrária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em virtude da restrição que isso importaria no acesso ao STJ, renegando, mesmo, a razão histórica determinante da criação desse Tribunal Superior pela Constituição de 1988. Amplitude que devem ter, em tese, os recursos de natureza extraordinária para o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, dado o seu fim precípuo, que é o de manter a unidade do direito federal.

**Acórdão:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste.

Brasília, 22 de outubro de 2012.

**Ophir Cavalcante Junior**  
Presidente

**Paulo Roberto de Gouvêa Medina**  
Relator